



USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – UMA REVISÃO INTEGRATIVA

RATIONALIZED USE OF MEDICINES: REALITIES AND CHALLENGES IN THE SINGLE HEALTH SYSTEM - AN INTEGRATIVE REVIEW

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES Y DESAFÍOS EN EL SISTEMA ÚNICO DE SALUD - UNA REVISIÓN INTEGRATIVA

Rodrigo Christiano Hilario Moreira¹, Andrea Bottoni²

e371701

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i7.1701>

PUBLICADO: 07/2022

RESUMO

A busca do medicamento milagroso tem levado a sociedade a procurar novas tecnologias de saúde, em especial da indústria farmacêutica. Embora sejam estes importantes recursos terapêuticos, o seu uso deve ser indicado racionalmente, garantindo a segurança do paciente. Nesta revisão se objetivou avaliar a efetividade das ações de Uso Racional de Medicamentos (URM) na saúde pública, permeando entre o estudo dos impactos da automedicação e medicalização da sociedade, qualidade da assistência farmacêutica na segurança do paciente e o dimensionamento de recursos humanos em farmácias ambulatoriais públicas. Foi utilizada a revisão integrativa como ferramenta metodológica para coletar, estudar e analisar artigos científicos extraídos nas bases MEDLINE e LILACS, refinados através da pergunta norteadora baseada no objetivo principal e quatro descritores (Uso Racional de Medicamentos, Saúde Pública, Cuidado Farmacêutico e Medicalização). Vale salientar que a qualidade da assistência farmacêutica, quanto a segurança do paciente também está relacionada as ações de URM, logo, ficou clara a necessidade da criação de uma regulamentação forte para dimensionamento de recursos humanos, o que possibilitará ainda mais estudos na área da implementação das ações clínico-assistenciais dos farmacêuticos, na reeducação em saúde contra a cultura de automedicação e medicalização.

PALAVRAS-CHAVE: Uso Racional de Medicamentos. Saúde Pública. Cuidado Farmacêutico. Medicalização.

ABSTRACT

The search for the miracle drug has led society to look for new health technologies, especially in the pharmaceutical industry. Although these are important therapeutic resources, their use must be rationally indicated, ensuring patient safety. This review aimed to evaluate the effectiveness of the Rational Use of Medicines (RUM) actions in public health, permeating between the study of the impacts of self-medication and medicalization of society, quality of pharmaceutical care in patient safety and the dimensioning of human resources in pharmacies public outpatient clinics. The integrative review was used as a methodological tool to collect, study and analyze scientific articles extracted from the MEDLINE and LILACS databases, refined through the guiding question based on the main objective and four descriptors (Rational Use of Medicines, Public Health, Pharmaceutical Care and Medicalization). It is worth noting that the quality of pharmaceutical care, as well as patient safety, is also related to the actions of RRM, so it became clear the need to create a strong regulation for the dimensioning of human resources, which will allow even more studies in the area of implementation. of clinical-assistance actions of pharmacists, in health reeducation against the culture of self-medication and medicalization.

KEYWORDS: Rational Use of Medicines. Public health. Pharmaceutical Care. Medicalization.

¹ Coordenador da Assistência Farmacêutica Municipal de Suzano-SP (Prefeitura Municipal de Suzano) e Vice-Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho Regional de Saúde Pública - Mogi das Cruzes-SP

² Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologia em Saúde - Universidade Mogi das Cruzes - UMC



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

RESUMEN

La búsqueda del fármaco milagroso ha llevado a la sociedad a buscar nuevas tecnologías sanitarias, especialmente en la industria farmacéutica. Si bien se trata de recursos terapéuticos importantes, su uso debe ser indicado racionalmente, garantizando la seguridad del paciente. Esta revisión tuvo como objetivo evaluar la efectividad de las acciones de Uso Racional de Medicamentos (RUM) en salud pública, permeando entre el estudio de los impactos de la automedicación y medicalización de la sociedad, la calidad de la atención farmacéutica en la seguridad del paciente y el dimensionamiento de los recursos humanos. en farmacias ambulatorios públicos. Se utilizó la revisión integradora como herramienta metodológica para recolectar, estudiar y analizar artículos científicos extraídos de las bases de datos MEDLINE y LILACS, refinada a través de la pregunta guía basada en el objetivo principal y cuatro descriptores (Uso Racional de Medicamentos, Salud Pública, Atención Farmacéutica y medicalización). Vale la pena señalar que la calidad de la atención farmacéutica, así como la seguridad del paciente, también está relacionada con las acciones de RRM, por lo que se hizo evidente la necesidad de crear una regulación fuerte para el dimensionamiento de los recursos humanos, lo que permitirá aún más estudios. en el ámbito de la implementación de acciones clínico-asistenciales de los farmacéuticos, en la reeducación en salud frente a la cultura de la automedicación y la medicalización.

PALABRAS CLAVE: *Uso Racional de Medicamentos. Salud pública. Cuidado farmacéutico. Medicalización.*

INTRODUÇÃO

Em virtude da busca do medicamento milagroso, práticas rápidas e curativas têm levado a sociedade de encontro com as tecnologias de saúde, em especial da indústria farmacêutica, e através destes princípios ativos alcançarem de maneira mais cômoda, em menor tempo e de forma factível, os resultados almejados (NASCIMENTO, 2005).

De acordo com o Art. 4º inciso II da Lei Federal 5.991 de 17 de dezembro de 1993, medicamento por definição são produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico, e constituem-se de importantes instrumentos de saúde, visando diminuir sofrimento, interromper o processo de adoecimento, e promover qualidade de vida, retardando seus efeitos maléficos (BRASIL, 1993; PONTES JUNIOR, 2008), sua utilização vem de práticas de cuidar, proteger e tratar, podendo ser elaborados em farmácias magistrais ou indústrias farmacêuticas, contanto que atendam as especificações técnicas, sanitárias e legais.

Sua vasta aplicabilidade traz aos medicamentos um papel de destaque no âmbito de saúde, sendo sinônimo de qualidade de vida quando acessado e utilizado (PONTES JUNIOR *et al.*, 2008), e considerado popularmente mais crucial pelos pacientes de tratamento contínuo do que uma consulta com um profissional qualificado, o que acende preocupações nas áreas de gestão de doenças e promoção de saúde.

Dentre as variadas propriedades, fármacos têm potencial de inibir ou destruir microrganismos (MORENO *et al.*, 2017), no entanto, o tempo de tratamento segue como aliado para a terapêutica no aporte de doses programadas, quando inadequado tempo e dose, podem permitir que cepas viáveis para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

multiplicação, carreguem em seu código genético resistências aos antibióticos disponíveis, criando desafios no manejo medicamentoso.

A utilização de medicamentos está no radar constante das pesquisas na saúde pública, pois muitos são os casos de usuários que recorrem aos serviços públicos municipais buscando além da continuação do tratamento farmacológico prescritos, o pedido de acréscimo deles. Ansiolíticos prescritos para terapia de ansiedade diagnosticada, quando não clinicamente acompanhados, estão acarretando as chamadas tolerância e dependência, condições que levam o usuário e prescritores a crescerem as doses, concentração por posologia para atingirem os resultados esperados (HASENCLEVER *et al.*, 2021).

O aumento de produtividade e atenção na execução de tarefas, sendo esta para aprendizagem ou criação de conteúdo, segue como alvo estimado na sociedade moderna. Déficit de atenção associada ou não a hiperatividade não são mais limites para solicitações de prescrições no seguimento dos psicoestimulantes, independente dos efeitos colaterais associados a esta classe, nos quais, levaram a adição de novos fármacos para amenizar efeitos consequentes dos fármacos anteriores, gerando uma cadeia contínua e substitutiva colateral de manifestações clínicas (MOREIRA *et al.*, 2020).

Distúrbios do sono, depressão, dores, fórmulas de emagrecimento e outras infinitas condições de vida são rebatidas com recursos medicamentosos, embora sejam estes importantes recursos terapêuticos, o seu uso deve ser indicado racionalmente, e o seguimento das condutas farmacológicas deve ser acompanhado por profissionais habilitados, inclusive assegurando um suporte técnico no momento da dispensação dos medicamentos.

Considerando o termo uso racional de medicamentos (URM), para que ele ocorra, entende-se que dependa concomitantemente de uma gama de fatores individuais e sociais (JARAMILLO, 2015), sendo eles: o medicamento recebido pelo indivíduo seja adequado com seu histórico e situação clínica; assim como sua dose esteja apropriada às suas necessidades individuais; seja indicado para um período devidamente estipulado para o tratamento; e socialmente a um menor custo para si ou para comunidade (OMS, 1998).

A preocupação por parte dos profissionais na área da saúde com o uso de medicamentos continua em evidência, visto que a utilização inadequada pode interferir nas ações de cuidado, promoção da saúde e estabilização de seguimentos terapêuticos, desta maneira entidades e agências reguladoras tendem a propor portarias e resoluções de segurança dos usuários em uso de fármacos (CASTRO, 2000). Assim como apresentado no consumo abusivo de antibióticos, Smith *et al.* (2002) puderam observar um aumento no consumo de antimicrobiano nos últimos 50 anos, e como esse uso pode levantar uma série de preocupações na saúde pública, e como poderá ser feito o manejo dos casos.

Diante do desafio de planejar e realizar a programação de recursos financeiros destinados a área da saúde, já que sabidamente os recursos são finitos, a gestão incorpora um papel pleno no atendimento das prevalências de saúde, programando ações e tecnologias que serão disponibilizadas ao um melhor custo efetividade (COSTA *et al.*, 2021). No entanto, a saúde não é uma ciência exata, sua complexidade biológica pode trazer desafios extras no planejamento das ações, como por exemplo a resistência



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

bacteriana e tolerância química, peças surpresas e inespecíficas na recuperação da saúde, demonstrando que ações de prevenção, promoção de saúde e uso racionalizado de tecnologias medicamentosas, possibilitam a médio longo prazo, também a racionalização e boa empregabilidade de recursos públicos na área de saúde.

Evidências sobre o consumo de medicamentos podem ser obtidas através de avaliações periódicas do perfil de utilização de fármacos por parte da população, por indicações e prescrições de profissionais qualificados (SIMÕES *et al.*, 2021). Através desses indicadores obtidos se pode elucidar possíveis fatores relacionados às condutas sociais e modos de que os usuários encaram o processo saúde e doença, e desta maneira, auxiliar o planejamento de ações de uso racional de medicamentos. Essas relações de indicadores podem subsidiar pesquisas futuras para eleição de prioridades em políticas públicas clinicamente relevantes e pertinentes na saúde da comunidade (LEITE, 2017).

A assistência farmacêutica (AF) no âmbito de município propõe algumas responsabilidades previstas na Portaria Ministerial 3.916 de 30 de outubro de 1998, que exista a garantia do acesso e da disponibilização de medicamento, pois sem o qual não há assistência farmacêutica. Sugere-se, então, que ao coordenar este departamento, a área técnica esteja articulada a outros municípios, por intermédio de consórcio quando necessário, assegurando o abastecimento destinado a atenção básica, integrado ao componente especializado estadual, e alinhado com os protocolos do componente estratégico do ministério, visando garantir o suprimento, acesso oportuno e permanente dos medicamentos julgados como essenciais.

Implementar ações de vigilância em saúde, dispensação adequada, capacitação de recursos humanos, investir na infraestrutura dos serviços de farmácia pública, permitirão assegurar a qualidade dos medicamentos disponibilizados e na atenção prestada aos usuários. Quanto ao monitoramento da AF, não deve se limitar a descentralização administrativa e de acesso, há de se permear na divulgação de informações de educação em saúde, utilizando dados epidemiológicos para estabelecimento de ações e aquisições de tecnologias que serão ofertadas com a alocação de recursos, cabe aos profissionais farmacêuticos avaliarem o envolvimento dos setores na manutenção da saúde relacionado ao fármaco, prover treinamentos e orientações, além de divulgar ações de uso racional de medicamentos.

O ato de medicar está conhecido como um processo de envolvimento multiprofissional que atua na administração de um medicamento. As condições de trabalho estão diretamente envolvidas com os princípios de segurança do paciente quando o assunto é medicar, e o objetivo primordial de uma boa gestão transcende a qualidade dos medicamentos dispostos, intercedendo na prevenção de danos na assistência prestada. Mecanismos de identificação facilitada do fármaco, e formas de garantir a certa administração do medicamento ao cliente correto, tornam cruciais para a segurança do paciente. Capacitação permite padronização de ações, aprimoramento profissional e redução de riscos, porém pode-se investir também em mudanças espaciais, que melhorem as condições em que eles trabalham, minimizando falhas (ALMEIDA, 2019).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

A Medicalização para Ivan Illich (1975) se entende como uma patologização da vida, corroborada pelo aumento de pessoas diagnosticada com algum problema de saúde, enquanto para Conrad (1992; 2007), a medicalização é um processo sociocultural que ultrapassa as fronteiras da medicina, a qual não era considerada como problema de saúde, entretanto, a medicalização representa hoje não apenas uma conduta terapêutica como também um possível transtorno ou doença (BORTOLI *et al.*, 2019).

Automedicar vem da seleção e utilização de medicamentos sintéticos ou não (chás e produtos tradicionais) para fins de tratar sintomas ou doenças autodiagnosticada (OMS, 1998). Essa prática vem sendo discutida no colegiado médico-farmacêutico, devido a sua incidência, perigos da cultura e recorrências entre países (ARAUJO *et al.*, 2020). Essa preocupação tem ganhado forças de estudos globais, visto que esta prática supera as ações de autocuidado, podendo levar a efeitos indesejados e mascaramentos de sintomas de doenças evolutivas, acarretando despesas sociais e nos sistemas de saúde (ARRAIS *et al.*, 1997).

As inúmeras opções no varejo farmacêutico, facilidade de acesso encontrados nas drogarias, auxiliam no processo de automedicação. Em associação a comodidade buscada pela sociedade no alívio imediato sintomatológico, mesmo que sem mensurar o grau de riscos da utilização de um fármaco que possui potencial de mascarar outros sinais e sintomas importantes para os profissionais de saúde, faz com que informações superficiais de *sites*, *blogs* e das redes sociais, no qual o usuário está inserido, contribuam para o acesso comercial aos medicamentos e possíveis descompensações clínicas.

Vale ressaltar que na prática da automedicação, inclusive em pacientes já polimedicados, observam-se as possibilidades de apresentar descompensação terapêutica, e esta falta de acompanhamento de um profissional qualificado se tornou uma realidade constante no diálogo com os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), pois além desta alteração do quadro de saúde, o uso indiscriminado, inadequado, inapropriado ou irracional do medicamento pode causar como um dos fatores, a intoxicação química.

Segundo Araujo *et al.* (2020) a intoxicação exógena é descrita como a exposição a uma substância química, podendo ser por fármaco, que resulte em distúrbios de funções biológicas, de consciência ou manifestada com respostas fisiológicas. Intoxicação medicamentosa apresenta inúmeras manifestações, que são diversificadas pelo tipo do princípio ativo, sua farmacodinâmica e grau de tolerância do indivíduo, onde o abuso acarreta uma intoxicação ao invés de atingir a resposta terapêutica desejada.

Segundo dados dos registros de intoxicação humana por agente tóxico, quando analisadas as incidências, o medicamento é o principal representante, compreendendo cerca de 27,11%, desta parcela, os casos de automedicação, prescrição inadequada, uso indevido ou acidente individual, somam 5.573 dos casos (BRASIL, 2017).

Logo, a prescrição deve se atentar para além da clínica. Contudo, nas questões de ordem cultural, social e econômica, que possibilitem a adesão em conformidade ao preconizado para os procedimentos, protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e sem considerar as políticas públicas e suas limitações (DUARTE *et al.*, 2021).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Para a garantia da segurança no processo de dispensação de medicamentos deve-se considerar um dimensionamento mínimo para as farmácias ambulatoriais, as quais realizam atendimento direto a comunidade, onde além de possuírem recursos humanos qualificados, no quantitativo suficiente, possam firmar um compromisso de qualidade da assistência prestada nos equipamentos de saúde, tanto na ordem de prevenção, promoção, recuperação e educação em saúde.

Novas ações para a segurança do paciente, para rebater o fenômeno da medicalização da vida, se tornam necessárias, fato também conhecido como prevenção quaternária, existindo em sinergismo a ações de uso racional de medicamentos. A prevenção quaternária está associada a uma série de ações voltadas na minimização de iatrogenias, ou mesmo com finalidade de proteger uma população com risco efeitos negativos da sobremedicalização, através de promoção de saúde, conciliação terapêutica e protocolos eticamente aceitáveis (PEREIRA *et al.*, 2021).

Nesta seara encontra-se um modelo de serviço farmacêutico que orienta e traz de uma maneira integrada com a equipe multiprofissional, a educação em saúde para a comunidade, o cuidado farmacêutico. Este modelo diverge com o modelo centrado no medicamento, visando então a promoção, proteção e recuperação da saúde, através de ações centradas no paciente e atividades clínicas, prevenindo também agravos de doenças.

No cuidado farmacêutico, o profissional percorrerá etapas, e dentre suas responsabilidades, agirá de maneira sistemática e lógica nos diferentes perfis de usuários. O paciente é um ser complexo, com inúmeras necessidades, sendo assim, de maneira compartilhada as metas terapêuticas devem ser abordadas, iniciando no acolhimento qualificado, identificando a demanda principal. Com a identificação de queixa e encaminhamento estabelecidos, inicia-se a anamnese farmacêutica, que por meio de coleta de dados e parâmetros clínicos, delineará a implantação do plano de cuidado, incluindo intervenções e mudanças de condutas para resolução dos desafios e problemas identificados. Através do monitoramento farmacoterapêutico, mensurar a evolução do tratamento e prevenção de problemas relacionados aos medicamentos, obtidos entre as consultas de retorno.

Diante disso, encontramos uma lacuna, sendo esta de importância teórica; não há regulamentação/dimensionamento de recursos humanos descrito na literatura ou legislações sobre farmácias públicas ambulatoriais, estas que sabidamente atendem uma parcela significativa da sociedade. Em consequência, cria-se a segunda lacuna, desta vez prática, que é a falta de acompanhamento farmacoterapêutico adequado, limitando o atendimento farmacêutico por demanda quantitativa de dispensação e não qualitativa. Findando na lacuna que consolida essas ocorrências, o impacto da saúde do cidadão mediante a práticas de automedicação, medicalização e medicamentação, e como essas variantes impactaram os serviços públicos de saúde.

A viabilização e realização deste estudo, implicou na análise da efetividade das ações de uso racional de medicamentos, qualidade da assistência farmacêutica na segurança do paciente, relacionado ao dimensionamento de recursos humanos do setor, que implica diretamente na saúde pública.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

OBJETIVO

Objetivo Geral

Avaliar a efetividade das ações de uso racional de medicamentos na saúde pública

Objetivos Específicos

- a) Estudar os impactos da automedicação e medicalização da sociedade.
- b) Avaliar a qualidade da assistência farmacêutica na segurança do paciente.
- c) Estudar o dimensionamento de recursos humanos em farmácias ambulatoriais públicas.

MÉTODO

A busca temática em bases científicas e bibliográficas representa uma das melhores formas de avaliar as diversas diferenças e também semelhanças nos estudos, fato que viabiliza o início lógico de uma pesquisa técnica, minimizando viés e expectativas prévias (LEITE *et al.*, 2021)

Para esta pesquisa, foi utilizada a revisão integrativa da literatura como desenho metodológico, a qual, permite a busca, a avaliação crítica e analítica, considerando o consolidado de múltiplos estudos realizados e publicados, possibilitando a síntese, discussões e conclusões relacionadas a uma área de estudo determinada (WHITTEMORE, 2005). A dissertação nada mais é do que um texto estruturado para transmitir o ponto de vista do autor.

A Prática Baseada em Evidências (PBE) utiliza também métodos para a incorporação de práticas clínicas. Pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, o que contribui veementemente para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado, viabilizando a revisão integrativa também nas respostas das questões das pesquisas para a PBE. Vale salientar que a revisão integrativa foi incorporada como método de pesquisa desde 1980 (ROMAN, 1998).

Este método utiliza de seis fases bem definidas, o que favorece sua operacionalização e replicação do estudo. As fases podem ser descritas como pergunta ou questão norteadora, amostragem encontradas nas bases científicas, classificação ou categorização dos estudos encontrados, avaliação dos estudos incluídos, análise e interpretação dos resultados obtidos e por fim discussão e síntese do conhecimento encontrado (SILVA *et al.*, 2021).

Após consolidar as implicações práticas de atendimento das farmácias ambulatoriais no SUS, e as lacunas existenciais no âmbito teórico, como as que abordam dimensionamento de recursos humanos e as boas práticas de um atendimento seguro ao paciente, esta revisão utilizou a seguinte pergunta norteadora; “Qual a efetividade das ações de uso racional de medicamentos na saúde pública?”

O levantamento bibliográfico ocorreu nas referidas bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Ciências da Saúde (LILACS), através da ferramenta da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), sendo os últimos dez anos o intervalo estabelecido como limite quanto aos anos de publicação.

A busca foi realizada utilizando quatro descritores controlados, que são utilizados para indexação de artigos nas bases de dados (SANTOS *et al.*, 2007), em ciências da saúde (DeCS): Medicalização (A); Uso Racional de Medicamentos (B); Saúde Pública (C) e Cuidado Farmacêutico (D). O cruzamento desses descritores ocorreu por meio do operador *booleano AND* relacionado em pares da seguinte maneira : Medicalização *AND* Uso Racional de Medicamentos (AB); Medicalização *AND* Saúde Pública (AC); Medicalização *AND* Cuidado Farmacêutico (AD); Uso racional de Medicamentos *AND* Saúde Pública (BC); Uso racional de Medicamentos *AND* Cuidado Farmacêutico (BD); Saúde Pública *AND* Cuidado Farmacêutico.

O refinamento dos artigos pesquisados seguiu critérios estabelecidos de inclusão: artigos que abordassem sobre a medicalização, segurança do paciente na realização de ações de prevenção no uso racional de medicamentos, mais especificamente na saúde pública; disponíveis na íntegra, nas bases de dados supracitadas, com distinção de idioma (inglês, espanhol e português), nos últimos dez anos. Foram excluídos artigos publicados em formato de editorial, artigos que não tivessem referência a temática de medicamento e/ou fármacos, e excluídos também artigos que fizessem menções apenas comerciais, e não técnico-assistencial quando fossem de drogarias.

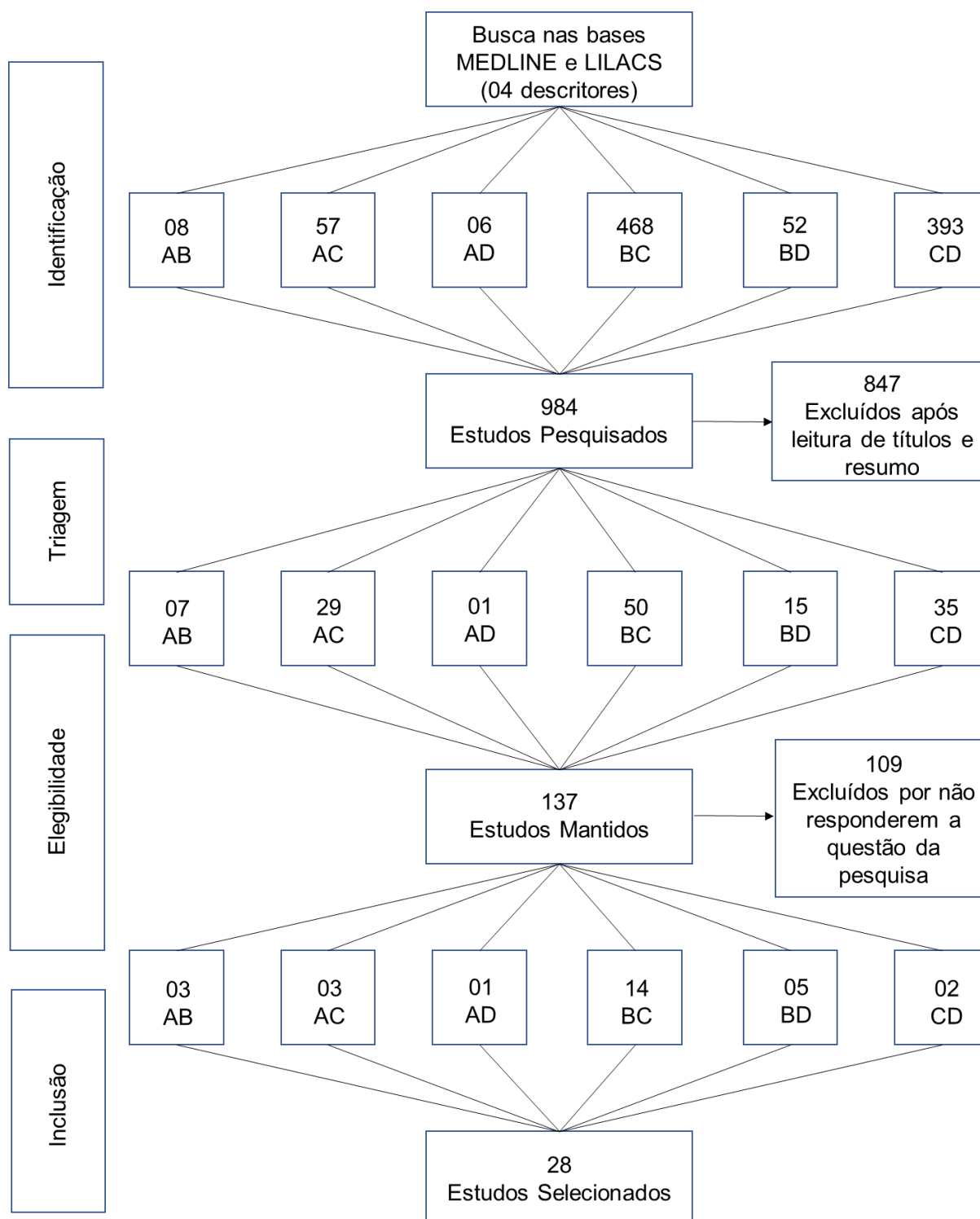
Os cruzamentos permitiram a obtenção de 984 artigos, sendo representado pelo fluxograma (figura 1) abaixo todo o panorama geral dos artigos selecionados.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Fluxograma 1 – Artigos pesquisados e selecionados



(A) Medicalização; (B) Uso Racional de Medicamentos; (C) Saúde Pública; (D) Cuidado Farmacêutico

Os estudos encontrados foram exportados para o *Rayyan*, programa *online* organizador de artigos adicionados para auxílio de revisões sistemáticas, no qual, atende também as necessidade

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

de revisões integrativas mostrando alta confiabilidade (KHALILI *et al.*, 2021).

Obedecendo os critérios de inclusão e exclusão, após análise e leitura dos títulos e resumos foram excluídos 847 artigos na etapa de triagem, dos quais, os remanescentes (137 estudos elegíveis) foram submetidos a leitura única na íntegra, e mantidos 28 obedecendo os critérios de inclusão.

A leitura dos artigos sucederam para a categorização por conteúdos e níveis de evidências científicas. Essa divisão permitiu mais clareza no desenvolver da discussão, visto a literatura ainda não prever estudos suficientes e específicos para a relação de impactos da temática proposta, sendo então realizadas as análises dos quatro descritores relacionadas entre si, conforme realidades e desafios do Sistema Único de Saúde.

RESULTADOS

Considerando os estudos selecionados e incluídos nesta revisão, grandes foram as contribuições para o estudo, e a partir da síntese, foi possibilitado realizar as discussões direcionadas, contribuindo para o enriquecimento da conclusão e fechamentos dos questionamentos levantados nos objetivos.

Soares e Caponi (2011) analisaram o conteúdo a respeito de depressão veiculado pela mídia de revista e jornal *online*. Deste estudo foi concluído como a expansão da medicalização, carregada pela força da indústria farmacêutica, demonstra que um fato tão recorrente como a depressão, pode gerar outros riscos como o suicídio, no entanto, o foco da padronização de recursos terapêuticos limitam as ações de cuidado, neste caso apenas medicando, sem promover enfrentamento integralizado no estado de doença do indivíduo.

Seguindo para a pesquisa descritiva, retrospectiva e observacional de Netto *et al.* (2011), eles estudaram o uso de benzodiazepínicos e antidepressivos na população atendida pelo SUS. Ficou evidenciada a necessidade de intervenção no uso racional destes fármacos, tendo a equipe da assistência farmacêutica potencial de auxiliar esse processo, embora exista a dificuldade do setor de farmácia se envolver antes do processo final de atendimento, a dispensação, sendo ideal a participação desde a definição do tratamento proposto.

A percepção do acesso aos medicamentos para HiperDia (programa voltado às ações de hipertensão e diabetes), embora sejam direitos contemplados pelo SUS, não atinge toda a população, isso se dá pela falta de informação, e foi nisto que o estudo da Paula *et al.* (2011) se resumiu; na investigação da percepção por parte do usuário ao acesso dos medicamentos essenciais do Hiperdia.

Castiel e Moraes (2016) conduziram uma revisão sistemática bem complexa, a qual abordou o enfoque preemptivo no campo das práticas preventivas em saúde, e propôs a expressão terapêutica para designar ações de cuidado, e não de enfrentamento dos riscos inerentes da vida, com isso puderam concluir que a saúde pública não prever uma individualização do tratamento, e como a terapêutica, que é uma prática preemptiva encontra dilemas na medicalização, sendo tênue essa diferença em medicar por padrão ou prevenir criteriosamente usando medicamento.

Compreender as práticas de saúde mental infantil, desenvolvidas numa unidade básica de saúde, foi o objetivo que Batista e Oliveira (2017) propuseram para sua análise exploratória-descritiva. E



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

deste estudo concluíram a importância da integração de políticas de clínica ampliada, evitando restringir as ações de saúde mental na infância apenas a procedimentos que utilizassem medicamentos.

Seguindo para mais uma revisão sistemática, desta vez conduzida pelo Galindo *et al.*, (2016), objetivaram problematizar por meio de uma abordagem histórica, as condutas da biomedicina normatizada pelas leis de direito de saúde. E desta maneira analisaram os riscos e perigos do uso da medicalização, tanto na gerência da prevenção, como no controle do futuro baseada em Foucault, e demonstraram seus respectivos riscos da iatrogenia como tática de normatização do indivíduo.

Marques *et al.* (2019) buscaram evidenciar os parâmetros decisórios que o Poder Judiciário tem em reproduzir uma visão medicalizante, e que produz reflexos contraditórios. E através de uma discussão elaborada criticamente, relacionaram o direito e saúde, e sua contribuição para a visão medicalizante, onde a individualidade contrapõem o bem coletivo.

Realizando um estudo transversal, focado em avaliar o estoque domiciliar de medicamentos em área de abrangência de uma unidade de Estratégia Saúde da Família, Laste *et al.* (2012), apresentaram a evidência da necessidade de formular uma equipe multiprofissional mínima, tanto para a promoção de saúde, como para racionalização do estoque de medicamentos, tudo isso correlacionando o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) nesse trabalho de educação em Uso Racional de Medicamento (URM).

Ainda na mesma linha, Kauling *et al.* (2013) realizaram uma pesquisa qualitativa para conhecer os limites e possibilidades referentes às orientações realizadas pelos ACS sobre a utilização de medicamentos. E evidenciaram que a assistência farmacêutica se mostrou como essencial para a capacitação da equipe de ACS, e essa mediação do saber, pode contribuir de maneira eficaz para garantia do uso racional de medicamentos.

A educação permanente em URM dos ACS pode colaborar com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, além proporcionar conhecimento e ferramentas para que os profissionais enfrentem os desafios do cotidiano técnico, este foi o desfecho encontrado no estudo descritivo que buscava analisar ações do ACS referentes à orientação da comunidade sobre o URM, conduzido pelo Guimarães *et al.* (2017).

Mantendo o estudo descritivo, porém mudando de categoria profissional predominante avaliada, os autores Telles *et al.* (2013) tiveram como objetivo principal; descrever a automedicação no que concerne à frequência, motivos, justificativas, tempo de ingestão e influências em idosos. Apontaram que a enfermagem se encontra como detentora da educação, e informadora dos riscos da automedicação em idosos, sendo eles os profissionais prevalentes na atenção e do cuidado, e como estes profissionais buscam levar o conhecimento, auxiliando na assistência farmacêutica e prevenindo riscos.

Através de um estudo transversal, Saço, Leite e Silverio (2014) avaliaram o uso de medicamentos através do registro de comercialização de farmácias. Os resultados mostraram que a comercialização de medicamentos não atende de forma ampla os indicadores de URM. Demonstraram também como os estudos de comercialização podem ser utilizados como ferramentas importantes de farmacoepidemiologia.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Mencionando novamente os ACS, revelar como o uso de medicamento está presente na rotina de trabalho deles, e compreender as relações entre agentes, equipe e usuários, foi o objetivo do estudo observacional de Sousa *et al.* (2018). Concluíram que existe a necessidade de mudanças na prática profissional do farmacêutico, com foco no cuidado direto ao paciente, e estabelecer parcerias efetiva entre a equipe de saúde, capacitando ACS como multiplicadores do saber e estando os farmacêuticos disponíveis para consulta técnica.

Neto, Vieira e Cuman (2011) realizaram um estudo comparativo com o intuito de avaliar o impacto de um programa de atenção farmacêutica no URM. Através de análise das prescrições, com triagem prévia e sem a triagem profissional, pôde-se observar que a implantação das ações de atenção farmacêutica, permitiram diminuir a prescrição de antibióticos através dos conceitos da URM.

Determinar a prevalência de intoxicação por medicamentos, foi o objetivo trazido pelo estudo descritivo do Araujo *et al.* (2020). Demonstraram que os medicamentos são os maiores responsáveis de intoxicação exógena, sendo a idealização suicida o maior motivo, logo ações de URM são importantes e de grande responsabilidade social, visto que a facilidade do acesso a medicamentos e automedicação, podem ter sérios riscos para saúde.

Em mais um estudo transversal, foi possível observar que há de se melhorar a qualidade de uso dos medicamentos na atenção básica, especialmente em adultos jovens e idosos. Este ensaio dirigido por Moreira *et al.*, (2020), teve como direcionamento; descrever e avaliar o perfil de utilização de medicamentos por amostragem na Atenção Primária, e observaram como idosos estavam utilizando fármacos inapropriados e jovens adultos apresentaram problemas relacionados aos medicamentos, por não atenderem as condutas médicas e posológica.

De maneira retrospectiva Lopes *et al.* (2016), avaliaram a frequência de utilização em domicílio de medicamentos inapropriado por idosos, e conformidade ao estudo supracitado de Moreira (2020), este estudo demonstrou alta prevalência de utilização de medicamentos inapropriados por idosos, e como sua relevância clínica desencadeia impactos negativos na saúde pública.

Pesquisadores dirigidos por Piltcher (2018) confeccionaram uma revisão sistemática, altamente técnica sobre as atuais recomendações de antibióticos para otite, rinosinossites, faringotonsilites agudas adaptadas à realidade nacional. E conseguiram concluir que somente com orientação da população, e transformação na conduta das prescrições poderão minimizar as consequências do uso inadequado dos antibióticos.

O uso de Omeprazol está mais prevalente com o passar da idade e no aumento de números de medicamentos utilizados, embora estes não sejam fatores para sua prescrição, são encarados como regra, evidenciando seu uso irracional. Esta foi a conclusão que Hipólito *et al.* (2016), em seu estudo transversal obtiveram ao avaliar o perfil dos usuários com prescrição deste inibidor de bomba protônica.

Corrêa *et al.* (2013), estudaram as abordagens sobre o uso de medicamentos nos livros didáticos. Eles trazem muito a questão histórica, e como ela tem importância, porém os pesquisadores acreditam que os livros didáticos possam abordar mais a fundo os riscos de sua utilização, além de mencionar apenas os benefícios dos medicamentos. E concluíram que apesar das dificuldades para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

ampliação dos conteúdos nos livros, a reformulação pode ser executada, preservando a história e promovendo a educação em saúde e uso racional e correto dos medicamentos.

Traçar o perfil socioeconômico, demográfico, farmacoterapêutico dos alunos da pesquisa e promover atividades de educação em saúde, foram os objetivos que um time de pesquisadores liderados pelo Henriques (2020) desenvolveram em seu estudo transversal. Concluíram que as práticas da educação em saúde incentivam o diálogo e a participação de todos os atores envolvidos, podendo ser além de um potente espaço de informação, como também formação de novos multiplicadores do conhecimento na sociedade.

Com o objetivo de dialogar com resultados da pesquisa nacional sobre acesso, utilização e promoção do URM, Costa *et al.* (2020) relatam que os resultados apontaram grandes esforços conquistados no campo da política farmacêutica, mas ainda há muitos desafios na ampliação de serviços equânimes para a população. Percebe-se que há recomendações para recursos humanos, no entanto, sem sucesso na questão da regulamentação, o que permite acontecer as discrepâncias entre setores privados e públicos, diferenciando a agilidade de atendimento.

Melo e Castro (2017) encabeçaram um estudo transversal, que propôs descrever o processo de inserção do farmacêutico na equipe da Atenção Primária em Saúde (APS) e o respectivo resultado na promoção do acesso e URM. Observaram que apesar das barreiras iniciais, assim que o farmacêutico é integrado a equipe multiprofissional na atenção primária, o acesso aos medicamentos, gestão de estoque, atendimento clínico e intervenções farmacêuticas tiveram resultados positivos e expressivos.

Em estudo transversal de Carvalho *et al.* (2017) foram pesquisadas a base de profissionais que a assistência farmacêutica possui na Atenção Básica do SUS. Concluíram que, embora conquistados espaços de gestão pelos profissionais do setor farmacêutico, ainda há deficiências importantes nos pontos de dispensação de medicamentos, que reflete na qualidade dos atendimentos.

Por meio de uma revisão integrativa, Barros, Silva e Leite (2020) analisaram os tipos e os benefícios dos serviços farmacêuticos clínicos desenvolvidos na atenção primária à saúde. E obtiveram que a atuação clínica do farmacêutico na atenção primária, promove o empoderamento e autonomia na adesão à terapêutica da comunidade, controla os agravos da saúde, previne e soluciona os PRM's.

Caracterizar os serviços de dispensação de medicamentos na rede AB, com vistas ao acesso e URM, foi o objetivo que Leite *et al.* (2017) trouxeram para a seu estudo transversal. E constataram a existência de muita discrepância entre modelos de dispensação no país, como por exemplo os profissionais envolvidos no processo de entrega de medicamentos. Concluíram também que, embora o acesso seja melhor descentralizado, a centralização demonstrou ter melhores condições estruturais para o serviço.

Melo et al. (2017) utilizaram a metodologia de um estudo transversal para descrever uma experiência de capacitação de técnicos de farmácia para a dispensação de medicamentos. E demonstraram que as capacitações são procedimentos importantes para identificar e solucionar problemas relacionados a medicamentos, e tornar o técnico de farmácia mais ativo nas ações de cuidado junto ao usuário.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Por fim, este último ensaio liderado por Oliveira (2021), através de um estudo ecológico, teve como objetivo caracterizar o consumo de psicofármacos dispensados em Unidade Básica de Saúde (UBS). E estes pesquisadores concluíram como são importantes os critérios de consumo, dose diária definida x dose diária prescritas, como uma ferramenta de eleição de pacientes a serem acompanhados pelos programas de cuidado farmacêutico.

A seguir será apresentado um quadro da síntese dos estudos selecionados como amostra final de análise contendo; nome dos autores; ano e periódico no qual foi publicado; objetivo do estudo; metodologia; resumo das considerações evidenciadas no estudo e nível de evidência científica. O nível de evidência científica, foi atribuído conforme seguinte classificação:

- Nível I – Evidências baseadas de multiplus estudos de revisões sistemáticas e ou meta-análise de ensaios clínicos randomizados e controlados;
- Nível II – Evidências de estudos com no mínimo um estudo bem delineado de ensaio clínico randomizado;
- Nível III – Estudo experimental de ensaio clínico não randomizado;
- Nível IV – Estudos coorte e caso-controle bem delinados;
- Nível V – Revisões sistemáticas de estudos descritivos e qualitativos (não experimentais);
- Nível VI – Evidências científicas de um único estudo descritivo e qualitativo;
- Nível VII – Evidências baseadas em opinião de especialistas, comitês ou autoridades.

Tabela 1 – Resultado da síntese dos artigos selecionados

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
SOARES, G.B.; CAPONI, S./Interface - Comunic., Saúde, Educ./2011/IV	Analisar o conteúdo a respeito de depressão veiculado pela mídia de revista e jornal online.	Pesquisa qualitativa e descritiva	A expansão da medicalização da vida, carregada pela força da indústria farmacêutica, demonstra que a depressão gera outros riscos não considerados na padronização de recursos terapêuticos universalizados.
NETTO, M.U.Q.; FREITAS, O.; PEREIRA L.R.L./Rev Ciênc Farm Básica Apl./2011/VI	Estudar o uso de benzodiazepínicos e antidepressivos na população atendida pelo SUS	Pesquisa descritiva, retrospectiva e observacional.	Evidenciou a necessidade de intervenção no uso racional de benzodiazepínico e antidepressivos, embora exista a dificuldade do setor de farmácia se envolver antes do processo final de atendimento.
PAULA, P. A. B.; SOUZA A.I.S.; VIEIRA, R. C. P. A.; ALVES, T. N. P./Ciênc. saúde coletiva/2011/VI	Investigar a questão de percepção dos usuários do programa HiperDia no acesso a medicamentos	Pesquisa qualitativa	Que a percepção e acesso aos medicamentos para HiperDia embora sejam direitos, não atinge toda a população pela falta de informação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
CASTIEL, L. D.; MORAES, D. R.; Paula I. J./Saúde Soc./2016/V	Abordar o enfoque preemptivo no campo das práticas preventivas em saúde e propôs a expressão terapeuticização para designar ações de cuidado, e não de enfrentamento dos riscos inerentes da vida	Revisão sistemática	A saúde pública não prever uma individualização do tratamento, e como a terapeuticização, prática preemptiva encontra dilemas na medicalização.
BATISTA, K. A.; OLIVEIRA, P.R.S./Pesquisas e Práticas Psicossociais/2017/VI	Compreender as práticas de saúde mental infantil, desenvolvidas numa unidade básica de saúde	Análise exploratório-descritiva	A importância da integração de políticas de clínica ampliada para evitar restringir as ações de saúde mental na infância apenas a procedimentos e medicações.
GALINDO, D. C. G.; LEMOS, F. C. S.; VILELA, R.; GARCIA, B./Estudos e Pesquisas em Psicologia/2016/V	Problematizar por meio de uma abordagem histórica, as condutas da biomedicina normatizada pelas leis de direito de saúde.	Revisão sistemática	Analisou os riscos e perigos do uso da medicalização na gerência da prevenção e controle do futuro, baseada em Foucault, e riscos da iatrogenia como tática de normatização do indivíduo.
MARQUES, A.; ROCHA, C.; ASENSI, F.; MONNERAT, D. M./Estudos Avançados/2019/VI	Evidenciar os parâmetros decisórios que o Poder Judiciário tem em reproduzir uma visão medicalizante e que produz reflexos contraditórios.	Pesquisa qualitativa	Discutiu criticamente a relação entre direito e saúde, e sua contribuição para a visão medicalizante dos direitos.
LASTE, G.; DEITOS, A.; KAUFFMANN, C.; CASTRO, L. C.; TORRES, I. L. S.; FERNANDES, L.C./Ciência Saúde Coletiva/2012/VI	Avaliar o estoque domiciliar de medicamentos em área de abrangência de uma unidade de ESF	Estudo transversal populacional	Há necessidade de equipe multiprofissional para a promoção de saúde e racionalização do estoque de medicamentos e o papel do ACS nesse trabalho de educação em URM.
KAULING, G. P; CERETTA, L. B; SCHWALM, M. T; DAGOSTIN, V. S; SORATTO, M. T./O Mundo da Saúde/2013/VI	Conhecer os limites e possibilidades referentes às orientações realizadas pelos ACS sobre a utilização de medicamentos.	Pesquisa qualitativa e descritiva exploratório	A assistência farmacêutica se mostrou como essencial para a capacitação da equipe de ACS, e essa medicação do saber pode contribuir de maneira eficaz para garantia do uso racional de medicamentos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
GUIMARÃES, M. S. A.; TAVARES, N. U. L.; NAVES, J. O. S.; SOUSA, M. F./Revista Trabalho, Educação e Saúde/2017/VI	Analisar ações do ACS referentes à orientação da comunidade sobre o URM.	Estudo descritivo-exploratório	A educação permanente em URM dos ACS pode colaborar com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, além proporcionar conhecimento e ferramentas para que esses profissionais enfrentem os desafios do cotidiano técnico.
TELLES F.; PAULO C. P.; ALMEIDA, Á. G. P.; PINHEIRO, M. L. P./Revista Enfermagem UERJ/2013/VI	Descrever a automedicação no que concerne à frequência, motivos, justificativas, tempo de ingestão e influências em idosos.	Estudo descritivo	Apontou a enfermagem como detentora da educação e informadora dos riscos da automedicação em idosos, visto que a falta de informação leva o uso e consequentemente o risco
SAÇO, L. C.; LEITE, I. C.; SILVÉRIO, M./HU Revista/2014/VI	Avaliar o uso de medicamentos através do registro de comercialização de Farmácias.	Estudo transversal	Resultados mostraram que a comercialização de medicamentos não atende de forma ampla os indicadores de URM e estudos de comercialização podem ser utilizados como ferramentas de farmacoepidemiologia.
SOUSA, M. C. V. B.; SANTOS, C. P.; MENDONÇA, S. A. M./Revista Trabalho, Educação e Saúde/2018/VI	Revelar como o uso de medicamentos está presente na rotina de trabalho do ACS, e compreender as relações entre agentes, equipe e usuários.	Estudo qualitativo observacional	Necessário mudanças na prática profissional do farmacêutico, com foco no cuidado direto ao paciente, e estabelecer parcerias efetiva entre a equipe de saúde.
NETO, P. R. O.; VIEIRA, J. C.; CUMAN, R. K. N./Acta Scientiarum Health Sciences/2011/VI	Avaliar o impacto de um Programa de Atenção Farmacêutica no URM.	Estudo comparativo	A implantação das ações de atenção farmacêutica, permitiu diminuir a prescrição de antibióticos através dos conceitos da URM.
ARAUJO, W. P.; RIOS, A. G.; SOUZA, F. O.; MIRANDA, Í. K./Revista Epidemiologia Controle Infecção/2020/VI	Determinar a prevalência de intoxicação por medicamentos	Estudo quantitativo, descritivo e exploratório	Os medicamentos são os maiores responsáveis de intoxicação exógena, sendo o suicídio o maior motivo, logo ações de URM são importantes visto a facilidade de acesso a medicamentos e a automedicação.
MOREIRA, T. A.; TEODORO, J. A.; BARBOSA, M. M.; JUNIOR, A. A. G.; ACURCIO, F. A./Revista Brasileira de Epidemiologia/2020/VI	Descrever e avaliar o perfil de utilização de medicamentos por amostragem na Atenção Primária	Estudo transversal	Há de se melhorar a qualidade de uso dos medicamentos na atenção básica, especialmente em adultos jovens e idosos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
LOPES, L. M.; FIGUEIREDO, T. P.; COSTA, S. C.; REIS, A. M. M./Ciência Saúde Coletiva/2016/VI	Avaliar a frequência de utilização em domicílio de medicamentos inapropriado por idosos	Estudo transversal retrospectivo	O estudo demonstrou alta prevalência de utilização de medicamentos inapropriados por idosos, e como sua relevância clínica desencadeia impactos negativos na saúde pública.
PILTCHER, O. B.; KOSUGI, E. M.; SAKANO, E.; MION, O.; TESTA, J. R. G.; ROMANO, F. R.; SANTOS, M. C. J.; DI FRANCESCO, R. C.; MITRE, E. I.; BEZERRA, T. F. P.; ROITHMANN, R.; PADUA, F. G.; VALERIA, F. C. P.; NETO, J. F. L.; SÁ, L. C. B.; PIGNATARI, S. S. N.; AVELINO, M. A. G.; CAIXETA, J. A. S.; LIMA, W. T. A.; TAMASHIRO, E./Brazilian Journal of Otorhinolaryngology/2018/V	Realizar uma revisão das atuais recomendações de antibióticos para otite, rinosinossites, faringotonsillites agudas adaptadas à realidade nacional	Revisão sistemática	Somente com orientação da população e transformação na conduta das prescrições poderão minimizar as consequências do uso inadequado dos antibióticos.
HIPÓLITO, P.; ROCHA, B. S.; OLIVEIRA, F. J. A. Q./Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade/2016/VI	Avaliar o perfil dos usuários com prescrição de Omeprazol	Estudo transversal	O uso de Omeprazol está mais prevalente com o passar da idade e no aumento de números de medicamentos, embora estes não sejam fatores para sua prescrição, são tidos como regra, evidenciando seu uso irracional.
CORRÊA, A. D.; CAMINHA, J. R.; SOUZA, C. A. M.; ALVES, L. A./Ciência Saúde Coletiva/2013/VI	Estudar as abordagens sobre o uso de medicamentos nos livros didáticos.	Estudo comparativo	Apesar das dificuldades para ampliação dos conteúdos dos livros, a reformulação pode ser executada, preservando a história e promovendo a educação em saúde e uso racional e correto dos medicamentos.
HENRIQUES, M. Q. S.; BARBOSA, D. H. X.; ARAUJO, G. R.; ALMEIDA, M. B. M.; ARAUJO, M. R. C.; RODRIGUES, R. C. S.; ALVES, D. N.; ABÍLIO, G. M. F.; CASTRO, R. D./Revista Ciência Plural/2020/VI	Traçar o perfil socioeconômico, demográfico e farmacoterapêutico dos alunos da pesquisa e promover atividades de educação em saúde	Estudo transversal, quantitativo e descritivo	As práticas de educação em saúde incentivam o diálogo e a participação de todos os atores envolvidos, podendo ser além de um potente espaço de informação, como também formação de novos multiplicadores do conhecimento na sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
COSTA, K. S.; TAVARES, N. U. L.; NASCIMENTO, J. M.; MENGUE, S. S.; ÁLVARES, J.; GUERRA, A. A.; ACURCIO, F. A.; SOEIRO, O. M./Revista Saúde Pública/2017/VI	Dialogar com resultados da pesquisa nacional sobre acesso, utilização e promoção do URM.	Estudo retrospectivo	Os resultados apontaram grandes esforços conquistados no campo da política farmacêutica, mas ainda há muitos desafios na ampliação de serviços equânimes para a população, mediado pelos recursos humanos.
MELO, D. O.; CASTRO, L. L. C./Ciência Saúde Coletiva/2017/VI	Descrever o processo de inserção do farmacêutico na equipe da APS e o resultado na promoção do acesso e URM	Estudo descritivo transversal	Apesar das barreiras iniciais, assim que o farmacêutico é integrado a equipe multiprofissional na atenção primária, o acesso aos medicamentos, gestão de estoque, atendimento clínico e intervenções farmacêuticas tiveram resultados expressivos.
CARVALHO, M. N.; ÁLVARES, J.; COSTA, K. S.; GUERRA, A. A.; ACURCIO, F. A.; COSTA, E. A.; GUIBU, I. A.; SOEIRO, O. M.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; LEITE, S. N./Revista Saúde Pública/2017/VI	Caracterizar a força do trabalho da assistência farmacêutica na Atenção Básica do SUS	Estudo transversal	Embora conquistado espaços de gestão pelos profissionais do setor farmacêutico, ainda há deficiência importante nos pontos de dispensação de medicamentos, que reflete na qualidade dos atendimentos.
BARROS, D. S. L.; SILVA, D. L. M.; LEITE, S. N./Trabalho, Educação e Saúde/2020/V	Analisar os tipos e os benefícios dos serviços farmacêuticos clínicos desenvolvidos na atenção primária à saúde	Revisão integrativa	A atuação clínica do farmacêutico na atenção primária promove o empoderamento e autonomia para a adesão à terapêutica, controle dos agravos da saúde, prevenção e resolução de PRM's.
LEITE, S. N.; BERNARDO, N. L. M. C.; ÁLVARES, J.; GUERRA, A. A.; COSTA, E. A.; ACURCIO, F. A.; GUIBU, I. A.; COSTA, K. S.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; SOEIRO, O. M.; SOARES, L./Revista Saúde Pública/2017/VI	Caracterizar os serviços de dispensação de medicamentos na rede AB, com vistas ao acesso e URM	Estudo transversal	Ainda há no país muita discrepância entre modelos de dispensação, profissionais envolvidos no processo, embora o acesso seja melhor descentralizado, a centralização demonstra ter melhores condições estruturais para o serviço.
MELO, D. O.; MOLINO, C. G. R. C.; RIBEIRO, E.; LIEBER, N. S. R./Ciência Saúde Coletiva/2017/VI	Descrever uma experiência de capacitação de técnicos de farmácia para a dispensação de medicamentos	Estudo descritivo transversal	Capacitações são procedimentos importantes para identificar e solucionar problemas relacionados a medicamentos, e tornar o técnico de farmácia mais ativo nas ações de cuidado do usuário.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Autor/periódico/ano/nível de evidência	Objetivo do estudo	Método da pesquisa	Síntese da evidência do artigo
OLIVEIRA, J. R. F.; VARALLO, F. R.; JIRÓN, M.; FERREIRA, I. M. L.; MORELLO, M. R. S.; LOPES, V. D.; PEREIRA, L. R. L./Caderno de Saúde Pública/2021/VI	Caracterizar o consumo de psicofármacos dispensados em UBS.	Estudo ecológico	Mostrou como são importantes critérios de consumos como dose diária definida x dose diária prescrita como ferramenta de eleição a pacientes a serem acompanhados pelo cuidado farmacêutico.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

DISCUSSÃO

Na busca literária desta revisão, o foco dirigido esteve na interrelação de variantes, e que estas fossem significativamente relevantes na área clínica, valores subjetivos e mensuráveis que exemplificassem a complexidade humana, situação que o Sistema Único de Saúde enfrenta nas suas limitações e demandas. Relações de vínculo, organização temporal, pessoal, profissional, gestão de pessoas, qualidade de vida e dignidade trabalhista foram pontos explorados para discussão, fato que o mestrado profissional permite ao relacionar o cotidiano prático com os estudos referenciais publicados.

A assistência farmacêutica foi incorporada em políticas públicas, desde a garantia da diretriz de integralidade do cuidado, garantindo uma assistência que transcenda prática curativa, conforme preconizado nos princípios do SUS (VIEIRA, 2017). Os pilares mais destacados nos Departamentos de Assistência Farmacêuticas nas esferas de gestão no SUS, se baseiam primeiramente; a) Garantia de qualidade do medicamento ofertado e em quantidades suficientes para atendimento das patologias mais prevalentes; b) Acesso a farmacoterapia, disponibilidades de farmácias, ou de meios de propiciar o usuário ter possibilidades de obter seus medicamentos; c) Promover o uso racional de medicamentos, com ações de educação de saúde e acompanhamento farmacoterapêutico, garantindo a promoção, prevenção e recuperação da saúde (BRASIL, 2011).

O profissional farmacêutico tem duas linhas principais de trabalho, as atividades em ações técnico-gerencial, a qual inclusive, se torna a ação predominante deste trabalhador, sendo responsável pela gestão de estoque, logística, programação e dispensação de medicamentos para os usuários. As ações técnico-assistencial, remetem a linha do cuidado, ações clínicas centradas diretamente no indivíduo, consistem em conciliação terapêutica, prevenção e soluções de problemas relacionados aos medicamentos (PRM), entre outras atribuições da atenção farmacêutica (CFF, 2013).

O segmento farmacêutico também está responsável pela manutenção do bem estar individual e da sociedade, visto que suas ações estão voltadas para a qualidade de vida, através da disponibilização de tecnologias medicamentosas, como também métodos não farmacológicos. No entanto, com o sucesso das políticas de acesso aos medicamentos no SUS, aumento das doenças crônicas e atual envelhecimento da população, torna como tendência o aumento do consumo de fármacos. Diante disto, estão priorizando discussão do planejamento das esferas de governo em cima da assistência farmacêutica, já que o consumo potencialmente eleva os custos em saúde no SUS (TAMAKI *et al.*, 2012).

Programar, educar para assim racionalizar a utilização de medicamentos

A gestão pública entre suas inúmeras funções, tem como fundamental o planejamento e a manutenção dos serviços e consumos existentes. Na assistência farmacêutica, o planejamento é viabilizado através de mecanismos de análises da seleção da cesta básica e leques terapêuticos que serão disponibilizados no SUS. Na programação anual, gestores se baseiam nos dados epidemiológicos e históricos de consumo do ano anterior, e esta programação se conectará aos processos licitatórios e leis orçamentaria anuais para execução das aquisições. Percebe-se então um grande desafio de custeio, relacionar necessidade com possibilidade financeira.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Embora a saúde seja intitulada sem precificação, ela tem um custo para a sociedade, devendo ser analisada não como direito individual, porém de maneira coletiva (CAETANO *et al.*, 2021). A conscientização dos recursos empregados para um SUS de todos tem que andar sinergicamente com a cultura de um SUS que possa existir para todo mundo, de maneira que o princípio do sistema equânime supere ao modelo igualitário, conforme políticas públicas e participação popular.

A judicialização no campo da saúde tem tendências de gradativas altas, e essa importante ferramenta permite reverter melhorias clínica significativas de inúmeros usuários, os quais não possuem sua patologia contemplada nas terapias disponibilizadas pelo SUS, através dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT). A ação judicial permite desfazer os nós da burocracia de aquisição de tecnologias não padronizadas nas políticas públicas. No entanto, por existir a interpretação falha do art. 196 da Constituição Federal Brasileira, o SUS tem percorrido caminhos do atendimento da comodidade e não da necessidade.

Existe o entendimento jurídico que toda e qualquer tecnologia medicamentosa globalmente comercializada tenha que ser ofertada no SUS, mesmo que sejam apresentadas similaridades disponíveis e padronizados como substitutos terapêuticos nos entes públicos, entretanto, liminares desconsideram avaliações técnicas, contrapondo até mesmo pareceres médicos. Podemos perceber que essas atitudes dificultam o planejamento de saúde, já que a comunidade se torna ré de preferências terapêuticas de um indivíduo, que tendem a ter valores significativamente elevados, diminuindo as possibilidades de ampliação de opções farmacoterapêuticas para a coletividade.

O farmacêutico desempenha um papel de destaque na farmacoeconomia, ao realizar a gestão dos estudos de demanda, baseados em levantamentos epidemiológicos, empregando maiores recursos para atender maiores prevalências, gerenciando também a manutenção de doenças crônicas e prevenindo agravos (ARANTES *et al.*, 2020). Este profissional pode se fazer valer de ferramentas da farmacovigilância, e em associação a atenção farmacêutica, ação exclusiva desta categoria, ao realizar a consulta técnica e orientativa sobre o uso racional de medicamentos (URM), pode destacar indicadores relacionados a utilização de medicamentos, que viabilizará novos estudos, associando farmacovigilância com o cuidado farmacêutico. A importância da farmacoepidemiologia ganhou forças ao prever alternativas para redução de custos a saúde e auxiliar desenvolvimento de ações governamentais de cunho educativo de URM.

O uso irracional e inadequado, quando exacerbado, pode levar o indivíduo a ter intoxicação medicamentosa e eventos adversos, paradoxalmente sua subutilização também pode estar associada ao aumento da morbimortalidade, e conseqüente aumento de custos com a saúde, reverberando na maioria dos casos ao Sistema Único de Saúde (NETTO *et al.*, 2011). Logo, as ações de aprimoramento do acesso a farmacoterapia e uso racional de medicamentos tem ganhado força dentro do sistema de gestão da assistência farmacêutica e Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Em unidades de Atenção Básica (AB) não tradicionais, aquelas que possuem como estratégia a saúde da família em sua estruturação de trabalho, tem-se como pressuposto a equipe mínima, e quando citamos a farmácia do equipamento, os profissionais presentes não são especializados. Os profissionais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilário Moreira, Andrea Bottoni

farmacêuticos estão lotados em serviços de gestão de logística ou Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), conseqüentemente, quando identificados problemas relacionados a medicamentos, dúvidas ou mesmo falhas na farmacoterapia dos usuários destas unidades, o enfermeiro, seguido pelo médico, são os profissionais mais referenciados pela equipe (GUIMARÃES *et al.*, 2017), visto o acesso ao profissional qualificado, farmacêutico, não está pactuado como obrigatório na composição da equipe mínima, sendo um prejuízo social e técnico para ações de URM.

A utilização de antimicrobianos tem sido pauta de várias discussões e temas de saúde global, devido sua relevância no campo da ciência e proteção da saúde. Ao utilizar de forma abusiva e irracional um antibiótico, cumulativamente será expressiva durante as gerações, podendo ser criado microrganismos resistentes a ação de classes de antibióticos existentes, acarretando a ineficiência de tratamento de infecções que hoje são consideradas banais (PILTCHER *et al.*, 2018). Estudos revelam a necessidade de se trilhar metas para alcançar a promoção de saúde, e através das metas buscar ações e projetos que antecipem problemas relacionados ao medicamento.

Pode-se observar que até ações consideradas preventivas como uso de inibidores de bomba de prótons; protetores gástricos, quando inadequados seu tempo de uso podem levar a sérias complicações (HIPÓLITO *et al.*, 2016). No entanto, sua interrupção abrupta também, estimando a necessidade de um acompanhamento farmacoterapêutico, através do cuidado farmacêutico, justificando como a incorporação do profissional farmacêutico na equipe melhora a condução destas ações.

Embora avanços na área da saúde de cunho tecnológico e legislativo aconteçam, não se pode concluir de maneira clara e concreta que informações de URM tem sido praticada pelo mercado comercial e industrial farmacêutico (SAÇO *et al.*, 2014), pois percebe-se um desconhecimento da sociedade quanto a utilização correta, armazenamento e descarte adequado de seus medicamentos.

Devido a preocupação de uma possível falta futura de um medicamento no posto de saúde, acarretaram ações desta vez por parte do usuário, os quais, antecipam trocas e pedidos de receitas, e/ou tentam retirar seus medicamentos em múltiplos serviços, e quando eles não são interligados por sistemas informatizados, permitem ter excesso de medicamentos desnecessariamente estocados, elevando o risco de utilização de medicamentos com prazo de validade expirados ou na subutilização do tratamento proposto para garantir estoque por mais tempo.

O momento da dispensação se torna um momento decisivo, oportuno para criação de vínculo e sanar dúvidas com o tratamento proposto (MOREIRA *et al.*, 2020), lembrando que entregar remédio não é sinônimo de dispensação de medicamentos, pois a qualificação do atendimento interfere positivamente na condução do segmento preventivo e curativo do tratamento. A falta de profissional devidamente capacitado, como os farmacêuticos, nos serviços de saúde, leva a irracionalidade do uso dos medicamentos, ocasionando danos à saúde, recidivas e não adesão a farmacoterapia correta.

O atual cenário das unidades que dispensam medicamentos, implica em riscos para a saúde, ao se avaliar as condições físicas estruturais, concentração de recursos humanos e demandas de atendimentos. Esses fatos podem refletir em erros de dispensação de variadas formas; quantidade, dosagem e instruções de usos equivocados (LEITE S *et al.*, 2017). Espaços limitados, sem possibilidades



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

de organização do fluxo de atendimento demandado, volume de estoque necessário, locais acusticamente deficientes, tanto para concentração quanto para orientação aos usuários, pressão popular nas filas de espera, contrapondo aos recursos humanos disponibilizados para manter fluidez no atendimento, entre outros fatores, precisam ser revelados, solucionados para viabilizar a garantia do uso racional de medicamentos desde o momento da dispensação do fármaco.

Os limitantes para o entendimento da terapia prescrita nem sempre partem de prescrições ilegíveis ou da falta de orientação no momento da dispensação. Usuários são em grande maioria pessoas leigas do campo da saúde, e fatores como; embalagens parecidas e nomes semelhantes associados a baixa acuidade visual, abreviaturas e inúmeros horários posológicos são fatores que causam confusão, conforme apresentados nos estudos. Os resultados sugeriram também que orientações, mesmo que de técnicos de farmácia, contribuíram para adesão medicamentosa (MELO *et al.*, 2017).

A conciliação terapêutica é uma atividade responsável por evitar Problemas Relacionados aos Medicamentos (PRM), como por exemplo prescrições de alta hospitalar, as quais, teriam seu seguimento acompanhado na atenção primária, no entanto, essa prescrição pode conter conflitos de tratamentos contínuo pré-hospitalar, necessitando ser conciliado o tratamento que será desenvolvido. Usuários que possuem múltiplos médicos (públicos/particulares), prescrevendo medicamentos semelhantes, também precisarão passar por uma conciliação terapêutica, visto que os medicamentos além de haver concorrência por receptores biológicos, poderiam causar intoxicação medicamentosa, agravo ou inércia terapêutica, sendo o profissional farmacêutico peça fundamental para tal a ação.

Automedicação ou autonomia do cuidado?

O paradoxo instituído na automedicação leva a refletir como o avanço do acesso facilitado à informação levou a um incremento também nos casos de autodiagnóstico, não por dados epidemiológicos ou distúrbios bioquímicos, e sim por associações de sentidos e sentimentos, que apoiam justificativas cotidianas para responder as questões pessoais ou curiosidades da vida, acarretando solicitações de exames desnecessários, medicamentos irracionais e ausência de consultas de orientação profissional.

Buscas de atendimento especializado tem tornado apenas um espaço de solicitações e pedidos, na grande maioria que possuem necessidades especiais, como encaminhamentos a procedimentos, aqueles não podem ser acessados em balcões de agendamento sem solicitação médica, ou mesmo pedidos de prescrições para medicamentos de controle especial. Os profissionais prescritores tem sua qualidade mensurada pelo nível de execução dos pedidos pleiteados e demandas burocráticas atendidas.

Vale ressaltar que os profissionais de saúde, farmacêuticos, fisioterapeutas, enfermeiros, médicos, entre outros, precisam promover ambiente de atendimento à população de livre demanda, mesmo que não resolutivos, no entanto, pelo menos educativos, para identificação, esclarecimento, e possíveis correções de conceitos que são criados na comunidade sobre processos de saúde e doenças, desta maneira promovendo um espaço de educação em saúde. A ausência de profissional habilitado em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

sua função, como por exemplo técnico de administrativo no lugar do farmacêutico, inviabiliza o atendimento integral e técnico, favorecendo a automedicação, impulsionado pelas estratégias de comercialização da indústria farmacêutica (PAULA et al., 2011).

A aceitação de um diagnóstico profissional, tende a encontrar maiores barreiras em certos casos, como nos transtornos mentais, principalmente por parte da família. Existe uma série de estigmas que ainda devem ser quebrados, falando para além da saúde mental e doenças infectocontagiosas, para tanto, o vínculo profissional-paciente é fundamental, centrado na confiança e pactuação de ações factíveis, entretanto, facilmente encontra-se o uso de medicamentos por indicações, as chamadas “vizinhoterapias” ou diagnóstico familiar, onde o convívio social traz o sentimento de confiança e proximidade, visto que o acesso ao profissional técnico, além de escasso e burocrático, não atinge as expectativas. Tem-se também nesta linha, a autopercepção do estado de saúde, mais prevalente em pacientes com multimorbidades, que desenvolvem mais chances de automedicar-se (MOREIRA et al., 2020). Dados revelam que o acesso comercial facilitado e estoque doméstico simplificado de medicamentos, tendem a favorecer hábitos de automedicação (KAULING et al., 2013).

Como supracitado na literatura, o medicamento detém um papel fundamental na sociedade; na busca de soluções rápidas e corriqueiras, e esse papel proporciona ao fármaco um destaque na solução de problemas na área da saúde, e essa transformação da esperança nele depositada obscurece muitas vezes o pensamento racional do indivíduo (TELLES et al., 2013).

O conhecimento popular quanto aos medicamentos e suas funções são meramente rasos, obtidos muitas vezes em fases de formação educacional, terminologias e citações sobre medicamentos, benefícios da terapia e sua evolução no campo da saúde, são apresentadas nos livros escolares, fase esta que se constroem nossos conceitos, voz ativa, galgando espaços na sociedade, adquirindo novas experiências e conhecimentos, que muitos deles virão a ser estabelecidas como verdades para a vida. Logo, as informações sobre fármacos nos livros escolares devem, além de trazer o conhecimento alopático (no caso de febre, utilizar um antitérmico e em casos de infecção utiliza um antimicrobiano etc.), condensar as informações sobre riscos do seu uso irracional e reações adversas, pois com simplificação das informações que se tem hoje eleva o risco da automedicação (CORRÊA et al., 2013).

Higienização comportamental e medicalização da vida

Medicar nos remete a associações ao médico, profissional que medica, recomendando uso de alguma intervenção para um problema de saúde, baseado em avaliação clínica e/ou parâmetros de exames laboratoriais, entretanto, quando citamos o termo medicalização seu entendimento supera o meramente subjetivo; utilizar medicamento, e sim para ações iatrogênicas para demandas não clínicas.

Embora o termo medicalização seja conhecido desde a década de 1960, o termo foi ganhando destaques no campo da ciência e na sociedade moderna, e conseqüentemente novos conceitos nem sempre compatíveis entre si, sendo uma armadilha de interpretações (MARQUES et al., 2019). Complexo e polissêmico, esse conceito determinista padroniza aspectos sociais, orgânico e psíquico, reduzindo e desconsiderando a própria complexidade do indivíduo, para intervenções medicamentosas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

A complexidade biológica, social e cultural pode levar à prática de diversas condutas, sendo elas adequadas ou não, pois a pouca investigação para fundamentar o diagnóstico pode acarretar tratamentos diferenciados, como diagnosticar e tratar ansiedade por um fator de andropausa ou mesmo depressão, quando a causa está associada a uma obesidade. Existem três segmentos possíveis no tratamento: tratar um problema, sem trabalhar na causa, tornando o indivíduo um escravo terapêutico; prescrever um tratamento que vai negligenciar outros fatores de risco, causando progressão ou mesmo piora do quadro associado; ou buscar avaliar riscos e benefícios, priorizando os cuidados e tratamentos ampliados.

Superando até mesmo a pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos, os maiores investimentos na indústria farmacêutica partem do marketing e propaganda. Em conjunto as práticas propagandistas, temos as apresentações literárias científicas e jornalísticas, que apesar do conteúdo orientativo podem se apresentar como preditoras de risco. A linha científica consegue apresentar dentro de suas informações algumas ressalvas, no entanto, pela linha jornalística, os textos divulgam associações estatísticas como certezas inquestionáveis, e pela facilidade de acesso à mídia e seus fins comerciais, a busca de acesso aos medicamentos está sendo apresentados podem elevar. Embora se entenda que a linha da mídia esteja voltada para a ampliação da informação, inclusive de um público leigo culturalmente sem acesso aos resultados de pesquisas científicas, essa carga de informação sem crítica, contribui para a cultura do risco, acreditando que situações da vida tem respostas idênticas e generalizadas, logo o sinônimo de vida saudável se tornou a fuga dos problemas com uso de medicamentos (SOARES; CAPONI, 2011).

O uso de benzodiazepínico está amplamente presente no consumo da população, e proporcionalmente associado ao processo de envelhecimento. Esta classe terapêutica, assim como antidepressivos, tende a provocar tolerância e dependência (NETTO, 2011). O consumo de psicotrópicos tem se mostrado acentuadamente preocupante, pois prometem afastar o sofrimento da sociedade atual, realizar a manutenção do sono, diminuir a solidão, tristeza e depressão. Existem barreiras a serem transpostas, a publicidade produzida pela indústria farmacêutica que deve ter rígidas fiscalizações para não perder a eficiências das ações de cuidado.

Há também um conceito de práticas preemptivas, que a cada dia tem se definido como questões de segurança em saúde (CASTIEL *et al.*, 2016), autores afirmam que elas superam as ações preventivas e visam um modelo intervencionista, moldados por fatores biogenéticos e individualizados, podendo gerar saúde, através do que chamam de terapeuticalização. Embora apresentem dilemas, sua comparação a medicalização e o uso preventivos, tem fatores que o destoam das demais lógicas, pois permitem analisar o usuário com uma métrica de saúde totalmente individualizada, sendo o paciente um ser complexo e não meramente fruto do meio. Este imaginário condiz com a gestão da saúde e redução de danos, embora mais difíceis ao comparar com as práticas no SUS, que são voltadas ao coletivo e prevalências. São semelhantes às práticas de promoção encontradas no Projeto Terapêutico Singular (PTS), porém tendem a ter ações mais antecipadas, tendo risco de se tornar medicalização e não terapeuticalização se executadas de forma generalizada.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

Diagnósticos precoces vem sendo estudados a fim de garantir qualidade de vida futura (BATISTA *et al.*, 2017), essa prática preventivista se torna bem expressiva nos tratamentos farmacológicos na infância, e tem sua relevância, mas em alguns casos os cuidados estão voltados pelas descon siderações culturais, históricas e subjetivas, pois estão baseadas apenas nas desordens de determinantes orgânicos, regulando os comportamentos pela ideia única de padrões de disciplina e controle social. No sistema escolar, a utilização de metilfenidato para o diagnóstico de déficit de atenção com hiperatividade ou não, é uma realidade alarmante pelo crescimento de seu consumo, e esse diagnóstico remete principalmente a comportamentos típicos da idade, o que conduz a reflexão sobre as condutas anteriores, se havia subnotificação diagnóstica ou comportamento infantil dado como patológico.

Diante do exposto, pode-se perceber que a medicalização, também relacionada com os termos farmacologização e medicamentação, supera o simples consumo de medicamentos, e adentra outras tecnologias de saúde como complexo vitamínicos, exames e fatores subjetivos como estilo de vida (GALINDO *et al.*, 2016). Essas rápidas intervenções para a padronização de saúde e convivência social, tornando patológico problemas que anteriormente não eram encarados como relevantes clínicos de saúde, é facilmente encontrada na população privada de liberdade e de moradores das comunidades terapêuticas, onde gestores utilizam da contenção química, como técnica de higienização da sociedade, entretanto, que levará a dependências e tolerância, caso não seja acompanhado o tratamento farmacológico.

Desafio do cuidado farmacêutico em meio a gestão do tempo e estoque

Grande mérito há na construção de uma rede de cuidado com foco no atendimento integral, inclusive a farmacêutica, entretanto em meios às atribuições do profissional da farmácia, o cuidado farmacêutico tem concorrido nas agendas de tarefas cotidiana. Especificamente focado na atenção primária, a qual é a ordenadora do cuidado, o farmacêutico deve executar ações técnico gerenciais na gestão do estoque e acesso a farmacoterapia, como também prever ações assistenciais, na educação e monitoramento clínico de seus pacientes (MELO *et al.*, 2017).

O cuidado farmacêutico está inserido nas ações de Atenção Farmacêutica, que são atribuições exclusivas deste profissional, enquanto a Assistência Farmacêutica entende conceitualmente por ações de todos os atores envolvidos nos processos relacionados a gestão dos medicamentos, independentemente do tipo de profissional.

Nos serviços públicos, uma das grandes preocupações, além da saúde especificamente, fatores de gestão de gastos e orçamentos estratégico, entram como desafios, nos quais se contemplam as políticas públicas sociais. Pode-se associar a atenção farmacêutica no SUS como um impacto significativo na estratégia do URM antimicrobiano (NETO *et al.*, 2011), pois destas ações de cuidado, se promove diminuição de resistência bacteriana desde a atenção primária, até as mais especializadas.

Contribuindo diretamente com a otimização de custos de tratamento, o cuidado farmacêutico age de forma direta prestando orientação, inibindo consultas desnecessárias, atuando na melhoria da adesão



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

farmacoterapêutica, o que o torna indispensável na promoção de saúde da comunidade e na gestão efetiva e técnica do SUS (ARAUJO *et al.*, 2020).

De modo geral, o profissional farmacêutico é uma peça rara nos serviços públicos municipais. Estão sempre envolvidos nas tarefas técnicas gerenciais, visto que manter a estabilidade das entregas, contato com fornecedores, torna mais sugestivo mantê-los envolvidos nas ações de oferta de medicamentos como sua atividade principal, já que o desempenho do equipamento de saúde e seus serviços, dependam fundamentalmente da manutenção de estoques, e a escassez do profissional farmacêutico, o qual representa apenas 2,9% dos trabalhadores cadastrados na atenção primária, leva a uma sobrecarga desse profissional, que atende a grande demanda de balcão, inviabilizando ações (CARVALHO *et al.*, 2017).

Vale destacar que o processo de envelhecimento traz consigo a necessidade de múltiplos medicamentos, para combater múltiplas morbidades (MOREIRA *et al.*, 2020), e dentro das consequências a adesão medicamentosa tende a ficar deficiente, inversamente proporcional ao número de medicamentos que tende a ser utilizado.

No que se refere a segurança do paciente, o profissional farmacêutico pode ofertar cuidados na prevenção de riscos na prescrição, eventos adversos, além de outras ações de prevenção de saúde, não somente ligadas ao medicamento. E em conformidade com a gestão, e comissão de farmácia e terapia, implementar estratégias para assegurar o acesso a medicamentos apropriados desde a infância para as demais fases da vida (LOPES *et al.*, 2016).

A efetividade do tratamento está ligada também em tornar o usuário mais capacitado para lidar com possíveis problemas decorrentes do uso de sua terapia, por isso, é fundamental a vinculação do paciente ao profissional farmacêutico, principalmente quando sua terapia for medicamentosa. Não se pode encarar a farmácia como um setor isolado, já que a proximidade dos demais profissionais pode otimizar saberes e multiplicar conhecimentos na promoção da educação em saúde, e da autonomia do usuário (SOUSA *et al.*, 2018).

O paradigma biomédico, que determina hegemonicamente a forma de pensar nas práticas de saúde, com horizonte limitados a modelo curativista, reduziu a compreensão do entendimento saúde/doença, apontando questões geralmente biológicas como concepção causal, perdendo a singularidade do indivíduo, fato que há de ser recuperado com ações de cuidado, logo, o cuidado farmacêutico pode auxiliar no fenômeno de entendimento da construção social da saúde (BATISTA *et al.*, 2017), lidando com a adversidades mais do que apenas manifestações de sintomas.

A abordagem na adesão medicamentosa e aos demais tratamentos propostos, demonstram a necessidade do profissional farmacêutico em perceber toda a sua transversalidade nas áreas do saber. O indivíduo complexo terá seus fatores de saúde, financeiro e social, relacionados com o papel que ocupa na comunidade/família. O profissional atento poderá correlacionar esses fatores aos valores pessoais do indivíduo, e assim possibilitar a construção do vínculo profissional e cliente, avaliando o quadro de saúde, discutindo o caso centrado no paciente, e/ou realizando a manutenção da terapia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

desenvolvida pela equipe multiprofissional, com destaque nessa conjuntura ao farmacêutico, que terá possibilidade de incorporar as práticas do acompanhamento farmacoterapêutico (BARROS *et al.*, 2020).

A falta de acesso à informação leva a automedicação, uso irracional e problemas relacionados ao medicamento (HENRIQUES *et al.*, 2020). Há grande importância do profissional farmacêutico como educador de saúde, entretanto, para uma mudança cultural, e atingir transformação pessoal de conduta, este trabalho deve ser árduo, precisando ser acompanhado e pactuado através de ações factíveis, podendo ser tangível através do cuidado farmacêutico. Para tanto, existe a necessidade de garantir condições mínimas e adequadas ao ambiente em que realizam esses serviços clínicos, como também melhorias nos locais de gestão de estoque, para otimização do fluxo de trabalho, redução do tempo de filas para atendimento (COSTA K *et al.*, 2017).

Há de se reestruturar o conceito do papel do farmacêutico junto a sociedade, e como se organizar no ambiente de trabalho, sendo necessário um posicionamento deste profissional junto a sua rotina de tarefas, reformulando a agenda para ser possível acrescer momentos de participação ativa e integrada junto a equipe de saúde. O cuidado farmacêutico está diretamente ligado a promoção da educação e informação de saúde, tanto aos usuários como aos prescritores, e desta maneira contribuir para a segurança do paciente através do acompanhamento farmacoterapêutico.

Considerações finais

Nem toda patologia precede a uma causa única e visual, a indicação e uso de farmacoterapia deve ser criteriosamente elaborada, visto que não é possível responder um pressuposto da casualidade para todas as doenças, pois não há sempre a presença de marcadores biológicos. Logo, não é possível determinar uma única conduta para fatores tão complexos, segue então a importância dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), baseados nas evidências científicas, eles norteiam para o tratamento seguro do usuário, correlacionando riscos, benefícios e custo efetividade.

Neste presente estudo ficou claro que o modelo biomédico corrobora para uso de tecnologias como forma de sinalizar a expertise e qualidade do prescritor, como ele está atualizado sobre as novas tecnologias disponíveis no mercado, no entanto, apesar do caminho mais curto para o bem estar esteja no uso da medicação, cabe a reflexão exatamente nesse ponto, dilema que o prescritor e o usuário vão querer trilhar; um seguimento de resultados rápidos e impregnação química, ou clínica ampliada focada na causa dos problemas, com ações de fins curativos ou mesmo promoções de saúde, ao um menor nível de tecnologias sintéticas.

A medicalização abordada neste estudo foi além dos determinantes de higienização da sociedade citadas por Foucault, onde relevâncias psicossociais apresentam fatores de aceitação da sociedade urbana, e a sua normalização como força tática de sua constituição (GALINDO *et al.*, 2016). Visto ser um tema amplamente discutido, sua importância foi pontuada na área clínica e ambulatorial da farmácia, quanto aos impactos numa gestão e gerenciamento de doenças no SUS.

A situação atual da assistência farmacêutica nacional tem prevalência no elo final do atendimento, conseqüentemente as ações de cuidados e atenção farmacêutica ficam quase



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilário Moreira, Andrea Bottoni

impossibilitadas de coexistir, visto que não foram incorporadas na construção do processo de cuidado ao usuário. A falta de regulamentação de dimensionamento mínimo em farmácias ambulatoriais reflete na presença de inúmeros profissionais não qualificados atuando nesse setor, e/ou número irrisório de profissionais farmacêuticos para atender a demanda logística, prejudicando sua participação em ações voltadas ao paciente, como prevenção do itinerário terapêutico, resolução de problemas relacionados a medicamentos, conciliação terapêutica, acompanhamento farmacoterapêutico e educação em saúde.

Considerando os projetos de gestão da assistência farmacêutica, observam-se ações não limitadas com a distribuição de medicamentos, suas possibilidades alcançam nos seus projetos de trabalho a promoção, prevenção e recuperação da saúde individual e coletiva com foco no medicamento (KAULING *et al.*, 2013), devendo então este mesmo profissional buscar ações de cuidado, e não apenas gerencial de estoque, devendo a gestão garantir tempo adequado para atender as demandas clínicas e assistências, e tornar o farmacêutico um profissional referenciado para problemas relacionados e medicamentos.

No setor público muito se demonstra com dados quantitativos, visto serem interessantes, pelo alto potencial que as farmácias das unidades têm em atender uma grande demanda, superando aos demais setores que são reforçados com recursos humanos ou possuem atendimento agendado, no entanto, é preciso atentar também na qualidade das ações que estão sendo ofertadas nas farmácias.

O número de unidades de medicamentos dispensados para a população não pode ser considerado melhor apenas pelo número, sendo que tecnicamente uma quantidade menor de unidades, que seja capaz de promover o mesmo efeito terapêutico, tende a ser mais proveitoso, seguro e qualificado. Contudo, não se pode desvincular o impacto financeiro, a custo-efetividade, embora uma opção ocorra utilizando mais comprimidos, para a mesma resposta terapêutica, podem ser financeiramente menos onerosos, e assim poder garantir o atendimento de mais usuários. Diante do exposto, a complexidade de serviços ofertados de qualidade, superam números meramente quantitativos, precisam ser compreendidos, e somente assim serem interpretados tecnicamente.

Este ensaio, apesar de ser um recorte situacional, possibilitou observar a realidade das farmácias ambulatoriais públicas, onde a promessa de estabilização de sentimentos e padrões de vida com fármacos pode acarretar consequências permanentes e orgânicas no indivíduo, e em conjunto causar a desorganização sistêmica na gestão do cuidado pelo Poder Público, que terá ações voltadas para minimização de queixas e não de promoção da saúde, sendo impossibilitados os avanços na carteira de serviços ofertados.

A qualidade da assistência farmacêutica não se resume a garantia do acesso ao medicamento, porém também na educação em saúde, sendo esse um processo árduo de formação, porém de grande potencial de transformação do conhecimento em práticas seguras e racionais, de recursos e tecnologias. Incoerência haveria ao falar do uso racional de medicamentos sem relacionar na racionalização de recursos financeiros públicos, pois somente haverá uso racional, se utilizar o medicamento da maneira segura e correta, e para utilizar de maneira correta, tem que estar disponível e acessível no setor público, e só terá disponível no SUS caso garantirmos o uso dos recursos de maneira otimizada.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

O uso de antibióticos em países desenvolvidos como EUA e Canadá, Piltcher *et al.*, (2018), demonstraram que de 30 a 50% das prescrições estão em desacordo conforme com as recomendações internacionais. Em países em desenvolvimento como o Brasil, não há dados explícitos quanto as condutas, sendo hoje identificadas como iatrogenias, entretanto, blindadas pelos conselhos de categoria, inviabilizando ações corretivas, e as mudanças de paradigmas na classe médica e de cirurgiões odontológicos.

Com o advento das prescrições farmacêuticas, tem-se a oportunidade de implantar as ações de cuidado farmacêutico, desde o início pelos caminhos corretos; centrados no paciente, com suas individualidades clínicas e terapêuticas consideradas através de um seguimento clínico baseado em protocolos e diretrizes pré-estabelecidos, tendo a transparência como valor intrínseco, focando não em ações rápidas e quantitativas, como encontradas na rotina de produção nos consultórios atuais, e sim em ações e condutas qualitativas, seguras e resolutivas.

Os maiores aumentos de consumo de medicamentos perceptíveis no setor público, estão relacionados a saúde mental (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Associados aos princípios da medicalização, um a cada cinco usuários que utilizam as farmácias públicas, retiram também pelo menos um medicamento sujeito a controle especial (psicotrópicos). Essas terapias seriam elegíveis para haver o acompanhamento farmacoterapêutico, que contribuirão para além do uso seguro, como também racional e preventivo, pois dos fármacos utilizados, a dependência é fator associado, logo, seu uso e sua suspensão devem ser meticulosamente previstos, sendo importante o encaminhamento ao trabalho de cuidado farmacêutico.

No que se refere aos estudos publicados, no poder público há um grande volume de artigos com profissionais que não pertencem ao setor farmacêutico ocupando as ações de orientação de medicamentos, por exemplo agentes comunitários de saúde (ACS), atuando na orientação casa a casa, onde o profissional farmacêutico ainda não está inserido na equipe mínima do equipamento de saúde, logo, não possuem o profissional de referência para atender a população adscrita.

Existe também um consenso na importância do técnico de farmácia, na execução das ações administrativas e orientativas, no momento da dispensação, otimizando assim o tempo do profissional farmacêutico nas ações clínicas diretas aos pacientes. Tem-se como referência um dimensionamento mínimo instituído pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP), que prevê um número de um assistente de farmácia para cada 80 atendimentos/dia, podendo ser esse assistente um técnico ou auxiliar de farmácia. Já para a Sociedade Australiana de Farmacêuticos, foi estabelecido um número de dois técnicos a cada um farmacêutico, sem mencionar a demanda de atendimento.

Pode-se perceber que o dimensionamento de recursos humanos, embora imprescindível para obtenção da gestão da qualidade nos serviços farmacêuticos, não foi pactuado no poder público, logo não há plano de ação para a sua regulamentação, mesmo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstre que 71,5% dos brasileiros dependem do SUS, e estes buscarão atendimentos e medicamentos nas farmácias.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
UMA REVISÃO INTEGRATIVA
Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

A ausência de regularização de dimensionamento foi fator limitante desse estudo, no qual, não permitiu correlacionar eficiências das ações de atenção farmacêutica, visto a presença de múltiplos cenários diversos no Sistema Único de Saúde, e com a ausência de perspectivas de padrões de recursos humanos, segue a sugestão primeiramente do reconhecimento dos assistentes de farmácia pelo conselho de classe, com suas respectivas funções e atribuições do cargo, permitindo futuros estudos de conceitos de equipe mínima nos serviços de farmácia.

A efetiva participação do farmacêutico enquanto um serviço integrado na rede de atenção à saúde, demonstrou como elemento norteador e efetivo da promoção do uso racional de medicamentos, assegurando a chamada dispensação de medicamento, que destoa da ação de simples entrega de remédio, a qual nem todas as informações de uso seguro e correto está assegurado.

Relacionando a segurança do usuário como qualidade da assistência prestada, se faz necessário a manutenção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos programas de assistência farmacêutica, viabilizando contemplar a AF como parte integrante do cuidado, no modelo das redes de atenção à saúde, não deixando de considerar a dispensação como peça fundamental assistencial. Serviços clínicos desta categoria, garantirá qualidade nas ações voltadas ao acompanhamento farmacoterapêutico e resolutivo nos problemas relacionados aos medicamentos.

CONCLUSÃO

Após a consolidação da literatura e a reflexão dos trabalhos selecionados, pode-se concluir que a efetividade das ações de uso racional de medicamentos está diretamente ligada ao dimensionamento de recursos humanos, pois a primeira meta de uma farmácia ambulatorial é atender a demanda de dispensação de fármacos, e caso não haja equipe suficiente, o foco não será nas ações de promoção ao uso racional. No entanto, a presença de uma equipe mínima também não refletirá em efetividade nas ações, se este time não possuir os profissionais adequados, visto que houve tentativas, porém nem todas satisfatórias quando não havia o farmacêutico na equipe.

Vale salientar que qualidade da assistência farmacêutica, quanto a segurança do paciente, também está relacionada as ações de URM, logo ficou clara a necessidade da criação de uma regulamentação forte para dimensionamento de recursos humanos, o que possibilitará ainda mais estudos na área da implementação das ações clínico-assistenciais dos farmacêuticos, na reeducação em saúde contra a cultura de automedicação e medicalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. D. **Erros de medicação:** buscando fragilidades e detectando barreiras para aumentar a segurança da terapia medicamentosa no ambiente hospitalar. 2019. Monografia (Especialização em Gestão em Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ARANTES, T.; DURVAL C. C.; PINTO, V. B. Avaliação da economia gerada por meio das intervenções farmacêuticas realizadas em um hospital universitário terciário de grande porte. **Clinical biomedical research**, v. 40, n. 2, p. 96-104, 2020.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

ARAÚJO, W. P.; RIOS, A. G.; SOUZA, F. O.; MIRANDA, Í. K. Prevalência de intoxicação por medicamentos no estado da Bahia entre 2007 e 2017. **Revista Epidemiologia Controle Infecção**. v. 10, n 4, p. 1-15, 2020.

ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 31, 1997.

BARROS, D. S. L.; SILVA, D. L. M.; LEITE, S. N. Serviços farmacêuticos clínicos na atenção primária à saúde do Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0024071-e0024071, 2020.

BATISTA, K. A.; OLIVEIRA, P. R. S. A saúde mental infantil na atenção primária: reflexões acerca das práticas de cuidado desenvolvidas no município de Horizonte-CE. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2017.

BORTOLI, F. R.; KOVALESKI, D. F.; MORETTI-PIRES, R. O. Medicalização social e bucalidade: a busca pela superação da técnica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973**. Brasília: Casa Civil, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm. Acessado em: 08 ago. 2021.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files/Brasil8_1.pdf. Acessado em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **A assistência farmacêutica nas redes de atenção à saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, 2011.

CAETANO, C. R.; MATHEUS, F. C.; DIEHL, E. E. Organização dos entes públicos para atender a judicialização do acesso a medicamentos no estado de Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, 2021.

CARVALHO, M. N.; ÁLVARES, J.; COSTA, K. S.; GUERRA, A. A.; ACURCIO, F. A.; COSTA, E. A.; GUIBU, I. A.; SOEIRO, O. M.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; LEITE, S. N. Força de trabalho na assistência farmacêutica da atenção básica do SUS, Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 51, p. 1s-16s, 2017.

CASTIEL, L. D.; MORAES, D. R.; PAULA, I. J. Terapeutização e os dilemas preemptivistas na esfera da saúde pública individualizada. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 96-107, 2016.

CASTRO, C. G. S. O. **Estudos de utilização de medicamentos**: noções básicas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 92.

CONRAD, P. Medicalization and Social Control. **Annual Review of Sociology**, v. 18, p. 209-232, 1992.

CONRAD, P. **The Medicalization of Society - On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

CFF - CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 578, de 26 de julho de 2013. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da Assistência Farmacêutica no SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 151, 2013.

CORRÊA, A. D.; CAMINHA, J. R.; SOUZA, C. A. M.; ALVES, L. A. Uma abordagem sobre o uso de medicamentos nos livros didáticos de biologia como estratégia de promoção de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 3071-3081, 2013.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilário Moreira, Andrea Bottoni

COSTA, D. R. T.; BARRETO, J. O. M.; SAMPAIO, R. B. Modelo teórico-metodológico baseado na teoria de redes complexas para análise da oferta potencial dos serviços de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 3791-3804, 2021.

COSTA, K. S.; TAVARES, N. U. L.; NASCIMENTO, J. M.; MENGUE, S. S.; ÁLVARES, J.; GUERRA, A. A.; ACURCIO, F. A.; SOEIRO, O. M. Avanços e desafios da assistência farmacêutica na atenção primária no Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 51, p. 2s-3s, 2017.

DUARTE, F. G.; PAULA, M. N. de; VIANNA, N. A.; ALMEIDA, M. C. C. de; MOREIRA, E. D. Óbitos e internações decorrentes de intoxicações por medicamento com prescrição e isentos de prescrição, no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 55, n. 81, p. 1-10, 2021.

GALINDO, D. C. G.; LEMOS, F. C. S.; VILELA, R.; GARCIA, B. Medicalização e governo da vida e subjetividades: o mercado da saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 346-365, jan. 2016.

GUIMARÃES, M. S. A.; TAVARES, N. U. L.; NAVES, J. O. S.; SOUSA, M. F. Estratégia saúde da família e uso racional de medicamentos: o trabalho dos agentes comunitários em palmas (TO). **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 183-203, jan./abr. 2017.

HASENCLEVER, L.; MIRANDA, C.; CHAVES, G.; PEIXOTO, A. L. A.; MATOS, L. V.; VIANA, J. S. Aspectos controversos do conceito de necessidade de saúde e seus reflexo sobre a acessibilidade de medicamentos e serviços de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5401-5410, 2021.

HENRIQUES, M. Q. S.; BARBOSA, D. H. X.; ARAUJO, G. R.; ALMEIDA, M. B. M.; ARAUJO, M. R. C.; RODRIGUES, R. C. S.; ALVES, D. N.; ABÍLIO, G. M. F.; CASTRO, R. D. Promoção do uso racional de medicamentos no contexto dos 3º e 4º ciclos da educação de jovens e adultos. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 2, p. 44-65, 2020.

HIPÓLITO, P.; ROCHA, B. S.; OLIVEIRA, F. J. A. Q. Perfil de usuários com prescrição de omeprazol em uma Unidade Básica de Saúde do Sul do Brasil: considerações sobre seu uso racional. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 11, n. 38, p. 1-10, jan./dez. 2016.

ILLICH, I. A expropriação da saúde. **Nêmesis da medicina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

JARAMILLO, N. M. Uso racional de medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da assistência farmacêutica. **Revista Organização Pan-americana da Saúde**, 2015. Disponível em: https://paho/bra/dmdocuments/Prefacio_URM_2.pdf. Acessado em: 11 jul. 2021.

KAULING, G. P.; CERETTA, L. B.; SCHWALM, M. T.; DAGOSTIN, V. S.; SORATTO, M. T. Utilização de medicamentos: limites e possibilidades das orientações dos Agentes Comunitários de Saúde às famílias. **O Mundo da Saúde**, v. 37, n. 1, p. 44-45, 2013.

KHALIL, H.; AMÉM, D.; ZARNEGAR, A. Tools to support the automation of systematic reviews: a scoping review. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 144, p. 22-42, dez. 2021.

LASTE, G.; DEITOS, A.; KAUFFMANN, C.; CASTRO, L. C.; TORRES, I. L. S.; FERNANDES, L. C. Papel do agente comunitário de saúde no controle do estoque domiciliar de medicamentos em comunidades atendidas pela estratégia de saúde da família. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 17, n. 5, p. 1305-1312, 2012.

LEITE, K. N. S.; SOUSA, M. N. A.; NASCIMENTO, A. K. de F.; SOUZA, T. A. Utilização da metodologia ativa no ensino superior da saúde: Revisão integrativa. **Arquivos de Ciência de Saúde da UNIPAR**, v. 25, n. 2, p. 133-144, maio 2021.

LEITE, S. N.; VIEIRA, M.; VEBER, A. P. Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 13, p. 793-802, 2008.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

LEITE, S. N.; BERNARDO, N. L. M. C.; ÁLVARES, J.; GUERRA, A. A.; COSTA, E. A.; ACURCIO, F. A.; GUIBU, I. A.; COSTA, K. S.; KARNIKOWSKI, M. G. O.; SOEIRO, O. M.; SOARES, L. Serviços de dispensação de medicamentos na atenção básica no SUS. **Revista Saúde Pública**, v. 51, p. 1s-11s, 2017.

LOPES, L. M.; FIGUEIREDO, T. P.; COSTA, S. C.; REIS, A. M. M. Utilização de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos em domicílio. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 21, n. 11, p. 3429-3438, 2016.

MARQUES, A.; ROCHA, C.; ASENSI, F.; MONNERAT, D. M. Judicialização da saúde e medicalização: uma análise das orientações do Conselho Nacional de Justiça. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 95, p. 217-233, jan. 2019.

MELO, D. O.; CASTRO, L. L. C. A contribuição do farmacêutico para a promoção do acesso e uso racional de medicamentos essenciais no SUS. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 235-244, 2017.

MELO, D. O.; MOLINO, C. G. R. C.; RIBEIRO, E.; LIEBER, N. S. R. Capacitação e intervenções de técnicos de farmácia na dispensação de medicamentos em Atenção Primária à Saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 261-268, 2017.

MOREIRA, T. A.; TEODORO, J. A.; BARBOSA, M. M.; JUNIOR, A. A. G.; ACURCIO, F. A. Uso de medicamentos por adultos na atenção primária: inquérito em serviços de saúde de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200025-e200025, 2020.

MORENO, A. H.; POSSEBON, L.; SANT'ANA, M.; SOUZA, H. R.; PILON, M. M. I.; GRIOL, A. P. Avaliação da atividade antimicrobiana e citotoxicidade hemolítica em diferentes extratos vegetais. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 25, n. 1, p. 11-12, 2018.

NASCIMENTO, M. C. Medicamentos, comunicação e cultura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 179-193, 2005.

NETO, P. R. O.; VIEIRA, J. C.; CUMAN, R. K. N. Impacto da atenção farmacêutica no uso racional de antimicrobianos em uma unidade básica de saúde no interior do Estado de São Paulo. **Acta Scientiarum Health Sciences**, v. 33, n. 2, p. 159-164, 2011.

NETTO, M. U. Q.; FREITAS, O.; PEREIRA, L. R. L. Antidepressivos e Benzodiazepínicos: estudo sobre o uso racional entre usuários do SUS em Ribeirão Preto-SP. **Revista Ciência Farmacêutica Básica Aplicada**, v. 33, n. 1, p. 77-81, ago. 2011.

OLIVEIRA, J. R. F.; VARALLO, F. R.; JIRÓN, M.; FERREIRA, I. M. L.; MORELLO, M. R. S.; LOPES, V. D.; PEREIRA, L. R. L. Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. e00060520-e00060520, 2021.

OMS. The Role of the pharmacist in self-care and self-medication. *In: Report of the 4th WHO Consultative Group on the Role of the Pharmacist*, Hague, Holanda, ago. 1998.

PAULA, P. A. B.; SOUZA A. I. S.; VIEIRA, R. C. P. A.; ALVES, T. N. P. O uso do medicamento na percepção do usuário do Programa Hiperdia. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2623-2633, 2011.

PEREIRA, M. T. C. G.; SOUZA, F. A. M. de; CARDOSO, F. M. Tratamento medicamentoso para depressão e prevenção quaternária. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 1-9, 2021.

PILTCHER, O. B.; KOSUGI, E. M.; SAKANO, E.; MION, O.; TESTA, J. R. G.; ROMANO, F. R.; SANTOS, M. C. J.; DI FRANCESCO, R. C.; MITRE, E. I.; BEZERRA, T. F. P.; ROITHMANN, R.; PADUA, F. G.; VALERIA, F. C. P.; NETO, J. F. L.; SÁ, L. C. B.; PIGNATARI, S. S. N.; AVELINO, M. A. G.; CAIXETA,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

USO RACIONALIZADO DE MEDICAMENTOS: REALIDADES E DESAFIOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE –
 UMA REVISÃO INTEGRATIVA
 Rodrigo Christiano Hilario Moreira, Andrea Bottoni

J. A. S.; LIMA, W. T. A.; TAMASHIRO, E. How to avoid the inappropriate use of antibiotics in upper respiratory tract infections? A position statement from an expert panel. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v. 84, n. 3, p. 265-279, 2018.

PONTES JUNIOR, D. M.; PEPE, V. L. E.; CASTRO, C. G. S. O.; MASSENA, E. P.; PORTELA, M. C.; MIRANDA, M. C.; SILVA, R. S. A definição de medicamentos prioritários para o monitoramento da qualidade laboratorial no Brasil: articulação entre a vigilância sanitária e a Política Nacional de Medicamentos. **Caderno Saúde Pública**, v. 24, n. 9, p. 2081-2090, set. 2008

ROMAN, A. R.; FRIEDLANDER, M. R. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enferm.**, v. 3, n. 2, p. 109-12, jul./dez. 1998.

SAÇO, L. C.; LEITE, I. C.; SILVÉRIO, M. Estudo de comercialização de medicamentos como ferramenta para o uso racional. **HU Revista**, v. 40, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2014.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de enfermagem**, v. 15, n. 3, maio 2017.

SILVA, R. G. T.; SILVA, M. V.; SILVA, E. M.; SANTOS, R. S. N.; SILVA, C. C.; OLIVEIRA, O. A. L. Ações do enfermeiro na prevenção de infecção associadas ao uso de cateters em unidade de terapia intensiva: revisão integrativa. **Ciência Plural**, v. 7, n. 2, p. 253-271, 2021.

SIMÕES, T. C.; MEIRA, K. C.; SANTOS, J.; CÂMARA, D. C. P. Prevalências de doenças crônicas e acesso aos serviços de saúde no Brasil: evidências de três inquéritos domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, set. 2021.

SMITH, R. D.; COAST, J. Antimicrobial resistance: a global problem. **Bull World Health Organ**, v. 80, n. 2, p. 126-133, 2002

SOARES, G. B.; CAPONI, S. Depressão em pauta: um estudo sobre o discurso da mídia no processo de medicalização da vida. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p. 437-46, abr./jun. 2011.

SOUSA, M. C. V. B.; SANTOS, C. P.; MENDONÇA, S. A. M. Complexidades do trabalho do agente comunitário de saúde com pacientes em uso de medicamentos. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 605-619, maio/ago. 2018.

TAMAKI, E. M.; TANAKA, O. Y.; FELISBERTO, E.; ALVES, C. K. de A.; DRUMOND, M.; BEZERRA, L. C. de A.; CALVO, M. C. M.; MIRANDA, A. S. Metodologia de construção de um painel de indicadores para o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p.839-849, 2012.

TELLES, F.; PAULO C. P.; ALMEIDA, Á. G. P.; PINHEIRO, M. L. P. Automedicação em idosos: um problema de saúde pública. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 21, n. 2, p. 197-201, abr./jun. 2013.

VIEIRA, F. S. Integralidade da assistência terapêutica e farmacêutica: um debate necessário. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-6, ago. 2017.

WHITTEMORE, R. Combining evidence in nursing research: methods and implications. **Nurs Res.**, v. 54, n. 1, p. 56-62, 2005.